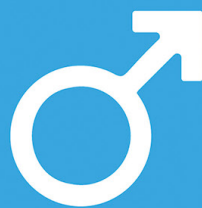


Gênero em Foco

Identidade, Igualdade
e Diversidade



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2024

Gênero em Foco

Identidade, Igualdade
e Diversidade



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Gênero em foco: identidade, igualdade e diversidade

Diagramação: Thamires Camili Gayde
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G326	Gênero em foco: identidade, igualdade e diversidade / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2960-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.609241110 1. Identidade de gênero. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título. CDD 306.765
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.






Frente a multiplicidade dos modos de ser e se relacionar, a coletânea *Gênero em Foco: Identidade, Igualdade e Diversidade*, apresenta nessa edição, cinco capítulos articulando algumas das possibilidades para pensar identidade de gênero e sexualidade na contemporaneidade.

A importância dessa coletânea tem como marcos históricos os movimentos de luta social encabeçada tanto pelo movimento feminista como pelo movimento negro e também do movimento LGBTI+ ocorridos desde a década de 70, e que lutavam para diminuir a invisibilidade dessa população que era segregada por uma normatividade branca, cis, masculina e heterossexual.

Pensar gênero, é antes de tudo uma atitude política de enfrentamento ao silenciamento e das violências contra as minorias.

Espero para que esses capítulos motivem as pesquisas e reflexões sobre a temática. Façam uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

CAPÍTULO 1	1
A ANATOMIA É O DESTINO: NOVAS CONFIGURAÇÕES SEXUAIS DO GOZO	
Ezequiel Martins Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6092411101	
CAPÍTULO 2	5
PRETO E VIADO: A INTERSECÇÃO DAS NORMAS DA MORTE	
Mariane Simão Montani	
Nádia Maria Silva Montelo	
Julia Gindrê Soreano Lopes	
Leandro Aparecido Fonseca Missiatto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6092411102	
CAPÍTULO 3	18
VIDAS TRANS - EU SÓ QUERIA (R) EXISTIR - RELATO DE CASO	
Fernanda Guadagnin	
Renata Guadagnin	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6092411103	
CAPÍTULO 4	20
RELATOS DOCENTES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E PERCEPÇÕES DE GÊNERO	
Osmar Arruda Garcia	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6092411104	
CAPÍTULO 5	33
VIOLÊNCIA INTERPESSOAL CONTRA A POPULAÇÃO ADULTA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL: ESTUDO TRANSVERSAL	
Luiza Albina Ribeiro	
Márcia Regina de Oliveira Pedroso	
Luís Carlos Lopes-Júnior	
Karina Fardin Fiorotti	
Lorena Barros Furieri	
Franciele Marabotti Costa Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6092411105	
SOBRE O ORGANIZADOR	46
ÍNDICE REMISSIVO	47

A ANATOMIA É O DESTINO: NOVAS CONFIGURAÇÕES SEXUAIS DO GOZO

Data de submissão: 30/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Ezequiel Martins Ferreira

Gostaria de partir da expressão freudiana “a anatomia é o destino”, para retirar dela algumas possibilidades de articulação para pensarmos posições frente aos atuais modos de gozo, às atuais expressões de identidade e sexualidade.

Me proponho articular uma possibilidade, arraigado ao princípio de que, no que comporta a linguagem, é sempre um meio sentido o que aparece, é sempre uma meia verdade, corroborando a tese de que *significante* e *significado* não são coincidentes, não possuem uma dinâmica objetiva, e que a interpretação sempre porta um algo de afetivo daquele que se pronuncia.

A expressão “a anatomia é o destino” é utilizada por Freud em duas circunstâncias, e é produzida, no modo de uma paráfrase, de uma frase do imperador Napoleão Bonaparte em conversa com Johann Wolfgang von Goethe no dia 02 de outubro de 1808. Goethe foi convocado

para comparecer ao imperador francês e relatou sua visita em uma espécie de diário, publicado em sua obra completa na forma de anais (*Annales de 1749 à 1822*).

Em seu relato, Goethe menciona que o imperador lhe questiona sobre sua ocupação enquanto escritor. Napoleão lhe pergunta se ele já havia escrito alguma tragédia, e mantendo as respostas o mínimo necessário, Goethe se coloca muito mais a ouvir o que o imperador tem a dizer, a avaliação que o imperador tem a fazer, do que uma longa exposição sobre o seu próprio trabalho. Por sua vez, Napoleão se coloca como crítico a obra de Goethe, e desenvolve longamente uma tese sobre o modo não natural em que a obra do escritor alemão se desenrola. A seguir Napoleão critica e lamenta o modo em que o teatro francês se apresentava, ao se afastar da natureza e da verdade. E ainda a respeito da tragédia expressa: “O que queremos do destino hoje? [...] O destino é a política”.

É numa metonímia de “O destino é a política” que a expressão freudiana ganha sua corporeidade.

Vou me deter, ainda um pouco mais, no próprio teor do que Napoleão parece apontar. Na tradição grega, a tragédia se marca pelo conflito entre as ações do herói e as tramas do destino. E temos, na figura do destino, elementos que mancham sua própria definição. O destino é caracterizado como uma figura cega, mas que mesmo sem ver, aponta um ponto do futuro.

Em Édipo, famoso mito utilizado na literatura analítica, é a reação de recusa, ou medo, ao destino que o leva, por meio de contingências primeiramente das ações de seu pai Laios e posteriormente de suas mesmas, a trilhar o caminho que o oráculo previu. No entanto, a própria cegueira do oráculo impõe uma cegueira ao herói, e nessa própria cegueira se instala o engodo, o engano que fundamenta, como se fosse por acaso, as ações de Édipo.

Marco, no mito edipiano, a função do destino como aquele que embaça a visão, e que exige do herói um posicionamento próprio ante aquilo que ele mesmo, o destino, oferece. O destino leva Édipo até o momento em que ele mesmo exige do herói a ação de ver. Ele venda Édipo para depois retirar-lhe a venda e exigir que o herói tome uma posição a partir dali.

Retomando a fala de Napoleão, a crítica à fuga da natureza e da verdade se originam da perspectiva de que não é na fantasia de que devo partir para tomar minhas decisões rumo às ações, mas sim da política. O destino é a política. O agente cego que nos cega e nos exige tomar atitudes frente a realidade é a política.

Freud parte daí para afirmar, e isso é importante destacar, que a anatomia é o destino. Ele não diz que o destino é a anatomia. Mas, antes de adentrar, vale valermos da história e dos pontos precisos em que Freud insere essa máxima em seus textos.

A primeira aparição se deu em “Sobre a mais geral degradação da vida amorosa” em 1912, na qual se debatia a relação entre amor e sexualidade, Freud a introduz no meio de uma discussão entre o excrementício e o belo e acrescenta uma espécie de impossibilidade do amor e da sexualidade acompanharem a cultura, afirmando que “os próprios genitais não acompanham o desenvolvimento das formas do corpo humano até a beleza, eles permaneceram animalizados, e assim também é o amor hoje, no fundo, tão animalesco quanto o foi desde sempre”. Nessa perspectiva, a anatomia aparece ali associada ao corporal, ao animalesco e ao primitivo.

A segunda aparição acontece no texto “O declínio do Complexo de Édipo” em 1924. Nesse texto a máxima freudiana consegue, à primeira vista, brincar com o sentido, na medida em que Freud tece uma crítica ao feminismo que carrega uma pretensão de igualdade dos sexos, afirmando que “a diferença morfológica vai se expressar em distinções no desenvolvimento psíquico”. No entanto, a expressão aparece em meio ao questionamento de se há uma organização fálica e um complexo de castração no desenvolvimento do Édipo nas meninas, cuja resposta é afirmativa, com o acréscimo de que o modo como esses termos afetarão o desenvolvimento de cada um terá como ponto de saída sua própria morfologia. Cabe destacar que antecede a todo esse argumento a justificativa de que “nesse caso, o nosso material se torna – incompreensivelmente – muito mais obscuro e lacunar”. Nesse texto o que há é a definição do ponto de partida que é o corpo. A anatomia é o corpo.

É possível ler na letra de Freud um apontamento para a correlação anatomia e corpo. Corpo no sentido próprio que este vai ganhando com o desenvolvimento da Psicanálise. Em Freud o corpo parte da premissa biológica-anatômica, para um corpo pulsional, habitado pelo desejo, cujo ponto de partida se mantem nas zonas erógenas.

Prosseguindo o avanço da teorização analítica, com Jacques Lacan, nos deparamos com o corpo sendo revisto por suas múltiplas facetas nos diversos registros: a imagem do corpo na perspectiva do estádio do espelho, o corpo-linguagem no discurso de Roma, o corpo do gozo nas voltas do Seminário 16, e o corpo (imaginário) suporte no seu último ensino.

Por meio da dinâmica pulsional, colocada por Freud, e da perspectiva do corpo como suporte, de Lacan, podemos reler “A anatomia é o destino” com uma outra metonímia que expus recentemente no texto que leva no próprio nome a paráfrase metonímica: *A política do um corpo é o destino*.

A política do um corpo como destino rememora os pensamentos de Napoleão e Freud, e faz junção daquilo que é o importante de se pensar sobre a vida, no que toca ao ponto de partida e seus embrolhos.

O corpo, aqui, não entra como um soberano que porta em si, em suas marcas, a garantia de uma definição da identidade. No humano, macho e fêmea são apenas significantes, como já dizia Lacan. O corpo por si mesmo não possui garantias de caracterizar como tal. Ele apenas nubla a visão, dentro de um discurso que seria capaz de prometer uma garantia, e que hoje só temos dele, disso que funda o discurso, os resquícios em forma de vapor.

O corpo só porta o destino inicial do que fazer. Ele é o ponto de partida para toda experiência que é subjetiva. O corpo como destino apenas carrega a cegueira de Tirésias, ao apontar para Édipo como aquele a quem ele mesmo procurava. O corpo como destino é apenas um suporte para, a partir dele, construir uma existência. E os discursos que nos atravessam podem se valer apenas para apertar a venda um pouco mais.

A clínica nos aponta muito bem isso. Os corpos que ali chegam expressam dor pela pura constatação de serem furados, incompletos, imperfeitos, e as promessas outrora ouvidas não garantem um bem-estar diante de si mesmo. Já em 1905 Freud nos apontava que o desenvolvimento libidinal, que tinha como fim a assunção de uma identidade sexual, se construía pelos furos do corpo. Esse é o ponto em que a anatomia pode ser o destino. O ponto de partida. Afinal, viver é escolher o que fazer com esse corpo que se tem. Em tempos de evaporação dos Nomes do Pai, resta a cada um, partindo do que consegue fazer a respeito de seu próprio corpo, apostar, dentro da multiplicidade de identidades que o possibilitem construir, para si, um eu, num melhor modo de gozar.

Nos deparamos com corpos incertos, e que se constroem de pedacinhos de histórias, de acertos, de erros, que surgem na tentativa de encontrar um sentido subjetivo para sua própria existência, tomando suas próprias experiências na busca de amar e ser amado. Numa perspectiva última do ensino de Lacan, encontramos a clínica do sintoma, uma clínica que se articula com a proposta de que o mais singular do sujeito apareça, e é com esse singular, na medida em que seu corpo é um ponto de partida, que esse sujeito tem de se a ver.

REFERÊNCIAS

- I. FREUD, Sigmund. Amor, sexualidade, feminilidade. “Sobre a mais geral degradação da vida amorosa”, Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 150. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 7) (Publicado Originalmente em 1912).
- II. Goethe, Johann Wolfgang von, OEuvres complètes, vol. 10, Mélanges, « Annales de 1749 à 1822 », “Annales de 1749 a 1822”, Paris, Hachette, 1863.
- III. *Id.* “*Que nous veut-on aujourd’hui avec le destin ? [...] Le destin, c’est la politique*” p. 308.
- IV. FREUD, *op. cit.* p. 150.
- V. FREUD, Sigmund. Amor, sexualidade, feminilidade. “O declínio do Complexo de Édipo”, Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 252. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 7) (Publicado Originalmente em 1924).
- VI. *Id.* p. 252
- VII. LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (pp.96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998 (Publicado originalmente em 1949).
- VIII. LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998 (Publicado originalmente em 1953).
- IX. LACAN, J. *Seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- X. LACAN, J. *O Seminário, livro 23 – O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006.
- XI. FERREIRA, Ezequiel. A política do um corpo é o destino. In. V Jornadas da Escola Brasileira de Psicanálise Leste-Oeste [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Escola Brasileira de Psicanálise Seção Leste-Oeste, 2024.

PRETO E VIADO: A INTERSECÇÃO DAS NORMAS DA MORTE

Data de submissão: 09/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Mariane Simão Montani

Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
<http://lattes.cnpq.br/8852366609059469>

Nádia Maria Silva Montelo

Psicóloga Hospitalar do Hospital Regional de Cacoal/RO, Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNINASSAU
<http://lattes.cnpq.br/0369380554103595>

Julia Gindrê Soreano Lopes

Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
<http://lattes.cnpq.br/6880905916307024>

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto, Escola de Magistratura de Rondônia. Doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
<http://lattes.cnpq.br/9236046616211702>

RESUMO: A homossexualidade, o sujeito homossexual ou, como é mais comumente denominado na sociedade brasileira, o gay são “invenções” do século XIX. Até então, as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomia, sendo um comportamento vergonhoso ao qual qualquer pessoa poderia sucumbir.

Considerando que o Estado possui dispositivos de poder para definir quem “vive e quem morre”, são justamente as questões de gênero, raça e classe que mais são afetadas por esse dispositivo, visto que, elas fogem desse padrão “cis hetero normativo, branco e burguês”. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo verificar junto a homens negros e homoafetivos, residentes no estado de Rondônia, através dos relatos vivenciados, se já tiveram experiências ou percepções de ações discriminatórias homofóbicas e/ou racistas. Trata-se de um estudo de campo, de cunho qualitativo e exploratório. Como recurso de interpretação das entrevistas foi utilizada Análise do Discurso, orientada por Orlandi. Como resultados e após análise de dados, verificou-se que os participantes tiveram a percepção que as ações discriminatórias homofóbicas impactaram de forma mais significativa suas vivências, quando comparadas ao racismo, visto que, embora o racismo tivesse feito parte de algumas experiências, ele não tomou uma proporção tão significativa como a homofobia.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade. Homem negro. Necropolítica. Interseccionalidade. Estado.

BLACK AND FAGOT: THE INTERSECTION OF THE NORMS OF DEATH

ABSTRACT: Homosexuality, the homosexual subject or, as it is more commonly called in Brazilian society, the gay are “inventions” of the 19th century. Until then, affective and sexual relationships between people of the same sex were considered sodomy, being a shameful behavior to which anyone could succumb. Considering that the State has power devices to define who “lives and who dies”, it is precisely the issues of gender, race and class that are most affected by this device, since they escape this standard “hetero normative, white and bourgeois”. In this sense, the present study aimed to verify with black and homoaffective men, residing in the state of Rondônia, through lived reports, if they had already had experiences or perceptions of homophobic and/or racist discriminatory actions. This is a field study, qualitative and exploratory. As a resource for interpreting the interviews, Discourse Analysis was used, guided by Orlandi. As results and after data analysis, it was found that the participants had the perception that homophobic discriminatory actions had a more significant impact on their experiences, when compared to racism, since, although racism had been part of some experiences, it did not take on as significant a proportion as homophobia.

KEYWORDS: Homosexuality. Black man. Necropolitics. Intersectionality. State.

INTRODUÇÃO

A homossexualidade, o sujeito homossexual ou, como é mais comumente denominado na sociedade brasileira, o *gay* são “invenções” do século XIX. Até então, as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas sodomia¹, sendo um comportamento vergonhoso, ao qual qualquer pessoa poderia sucumbir. A partir da segunda metade do século XIX, a prática homossexual passava a definir um tipo especial de sujeito e, conseqüentemente, uma nova categoria social, que viria a ser marcada, estigmatizada e reconhecida sob o nome de homossexualidade, categorizado e sendo nomeado, como desvio da norma. Os indivíduos que se encaixassem, ou fossem forçadamente encaixados nesta categoria, passaram a viver em segredo, tendo o medo como norte e sendo obrigados a suportar as dores da segregação social (FOUCAULT, 1988; GREEN, 2000).

Mbembe (2006), desenvolve seu raciocínio, através da crítica aos dispositivos de poder analisados por Michel Foucault (1926-1984), sobretudo no que concerne às noções de soberania e biopoder, relações que governam o “direito de vida e de morte” dos indivíduos às populações no âmbito do Estado moderno. Para Mbembe (2006), no mundo pós-colonial, na modernidade tardia e até mesmo para setores da população subalternizada no primeiro mundo, vigora algo além dos dispositivos de controle e reprodução da população enquanto espécie (o biopoder). Impõe-se nesses espaços-tempos, uma política da morte, de extermínio da população, através do uso deliberado da violência e sujeição dos governados, esta necrose do poder – necropolítica se funda desde a escravidão e a racialização-racismo das populações nos espaços-tempos citados, ela criando mundos de morte.

1. Substantivo feminino;

Relação sexual anal entre um homem e outro; sexo anal entre um homem e uma mulher. Etimologia (origem da palavra *sodomia*). Do latim sodomia.

O que se pode observar nos estudos sobre a violência contra a população negra, nos dados do feminicídio e do transfeminicídio dos povos indígenas, entre outras, é que o Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade (BENTO, 2018). Nas pesquisas sobre gênero e sexualidade, percebe-se que nos campos de estudo há um núcleo de referência bibliográfica regular, o conceito de biopoder de Michel Foucault (1999), como técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar morrer”, é recorrente, sobre os corpos negros recaem a indiferença, a ofensa, a pobreza e a exploração que faz do viver dessas pessoas um desafio sobre-humano.

Conforme Frantz Fanon (2008), o homem negro não é homem, pois seu existir decorre muito distante das referências que humanizam o cidadão da modernidade, sua história é uma vida contada por processos marginalizadores que agem ativamente para desumanizar seu existir, para que despido de humanidades possa ser inteiramente lançado aos domínios da morte.

Mas, um homem gay também não é homem, é um outro tipo de sujeito, do qual a morte não é nem mesmo digna de lamento. A homoafetividade reflete uma transgressão aos padrões de gêneros, firmados sobre valores que apoiam a heterossexualidade como referência única para as performances de gênero, sexo e identidades sexuais. Ser homoafetivo é romper com as normas e pôr-se na linha de frente aos ofensivos ataques que atuam na perspectiva de anular, silenciar e aniquilar os corpos homoafetivos (BUTLER, 2003).

Considerando que o Estado, segundo Foucault (1999), possui dispositivos de poder para definir quem “vive e quem morre”, são justamente as questões de gênero, raça e classe que mais são afetadas por esse dispositivo, visto que elas fogem desse padrão “cis hetero normativo, branco e burguês”. Judith Revel (2005, p.39), relata que dispositivos de poder referem-se a operadores materiais do poder, isto é, técnicas, estratégias e formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. Pode designar discursos, práticas, instituições ou mesmo campos de saber.

Dessa maneira, o presente estudo visou analisar de que modo ações excludentes e discriminatórias impactam nas vivências dessas populações negras e homoafetivas, sendo assim capazes de gerar sofrimento psíquico e processos que acabam por fazerem com que esses indivíduos acreditem que são inferiores ou tem “menos valor”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A própria miscigenação, louvada como marca determinante do povo brasileiro, é fruto de um longo processo de estupros (DAVIS, 2016), com o objetivo de fazer crescer a população escrava, assim como o lucro dos senhores de engenho. Mais tarde, a mistura de raças foi usada também como tentativa de genocídio negro (NASCIMENTO, 2016), a expectativa dos cientistas era de que em um século não haveria mais negros ou indígenas no Brasil, já que essas raças sucumbiriam à superioridade genética da raça branca.

Tal mistura de raças deu origem ao mito da democracia racial, popularizado no Brasil em 1933 por Gilberto Freyre (2003). A teoria prega que em um país tão miscigenado quanto o Brasil não poderia haver raças e por isso não poderia haver racismo. Além de falacioso, uma vez que os índices de mortalidade, escolaridade e violência mostram que o racismo está fortemente presente em nossa sociedade, esse mito também trabalha para negar o racismo, inviabilizando o sofrimento de todo um segmento da população.

A norma social prega que ser branco é um sinônimo de ser belo, inteligente e admirável (SOUZA, 1990), dessa forma quanto mais o sujeito se aproxima da branquitude (que é um lugar de privilégio racial, social econômico e político de pessoas brancas), mais perto estará do padrão esperado. Esse fato abre espaço para a criação de uma pigmentocracia, onde quanto mais escura a cor da pele mais suscetível a sofrer racismo estará o indivíduo.

Ao falarmos sobre pigmentocracia, também chamada de colorismo, expressamos uma face do racismo, na qual pessoas com um tom de pele mais claro, mais próximo da branquitude, estariam menos propensos a sofrer racismo. A mídia ocupa um importante papel nesse processo ao padronizar as representações negras por pessoas negras de pele mais clara e com traços “suavizados”, transmitindo a mensagem de que negro belo é aquele que se aproxima da branquitude (FERREIRA; CAMINHA; 2017).

Silva e Monteiro (2018), apontam que assim como a mídia tem o poder de orientar o pensamento e atitude das pessoas, os cartazes e artifícios visuais podem ser usados para difundir valores sociais e étnicos. O apagamento da imagem da população negra, visto nos cartazes publicitários, é um reflexo do que pode ser observado nos ambientes entendidos como de prestígio dentro da sociedade, hierarquicamente, o lugar social reservado às pessoas negras é de menor poder. Quando presente, observa-se que a representação da negritude é feita preferencialmente por modelos de pele mais clara, com traços negróides suavizados, remetendo novamente ao mito da democracia racial, que louva a miscigenação como forma de negar o racismo.

Muniz (2017), assim como Pereira e Souza (2013), apontam para a heteronormatividade como outra forma de impor uma norma social, criando uma verdadeira hegemonia, em que apenas a heterossexualidade é válida. Nesta, entretanto, a regra seria seguir os padrões de gênero e, portanto, se relacionar apenas com pessoas do sexo oposto. Os comportamentos sociais, o gênero, assim como, com que sexo devemos nos relacionar, são definidos pelo sexo biológico com que nascemos, a isso Bento (2012), dá o nome de genitalização dos corpos. O indivíduo que se rebelar contra essa norma estará sujeito a sofrer sanções sociais severas como exclusão, agressão e até mesmo a morte.

Assim como no racismo, onde quanto mais perto da branquitude menos o sujeito corre o risco de discriminação, na homofobia, quanto mais perto da norma social de gênero menor o risco de ataques homofóbicos contra o sujeito homoafetivo. Desta forma, aqueles tidos como “afeminados” estão mais sujeitos a discriminação, mesmo dentro da comunidade

LGBT+. Este fato está intimamente ligado à sociedade machista que, compreende a mulher como inferior e associada a passividade (FERREIRA; CAMINHA; 2017). Comprovando essa fala, estudos mostram que homens com o comportamento marcadamente homoafetivo ganham entre 11 e 27% a menos do que homens com comportamentos heterossexuais (BADGETT, 1995).

Os referidos autores Ferreira e Caminha (2017), apontam que ser um homem negro e gay é ocupar um espaço de duplo preterimento, já que além de lidar com a exclusão pela cor de sua pele, o indivíduo também precisa conviver com o status de traidor da masculinidade. Podemos ver a representação dessa situação ao observar que o inverso da heterossexualidade é retratado como a homossexualidade branca. Enquanto o homossexual branco é apenas gay, o homossexual negro ocupa o espaço de “bicha preta”, relegada as periferias.

De acordo com Banuth e Santos (2016), a interseccionalidade se trata do estudo entre diferentes formas de opressão ou discriminação que se somam, desta forma, a vivência social de um homem negro e homossexual não pode ser compreendida apenas enquanto homem, ou negro ou enquanto LGBT+, para compreendê-lo, precisamos incluir a interação entre todos esses aspectos que se influenciam reciprocamente. As categorias se somam criando uma forma única de experienciar o mundo.

Duplamente excluído, o homem negro e homossexual se vê a mercê não apenas da biopolítica (FOUCAULT, 1999), que ao negar as ferramentas necessárias para a vida deixa morrer o indivíduo, mas também da necropolítica (MBEMBE, 2018). Nessa teoria, o autor defende que o estado usa do poder de matar como uma ferramenta para administrar o estado. O conceito de soberania figura entre as técnicas usadas para tal, já que prega a autoridade e superioridade do estado, trazendo para essa entidade o excepcional poder de morte.

Quanto a isso, Bento (2018), reflete que no estudo sobre pessoas negras, mulheres, ou aqueles pertencentes aos gêneros dissidentes, termo usado por Melo e Barreto (2014), para se referir às sexualidades que fogem à norma social, o estado corresponde a um agente de não distribuição igualitária do reconhecimento de sua humanidade. Desta forma podemos dizer que alguns grupos são mais humanos do que outros aos olhos do estado, a morte desses grupos menos humanos não é sentida e muito menos criticada.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa e de caráter exploratório, considerando que, as análises qualitativas dependem de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos da pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2010).

Para tanto, a pesquisa foi realizada com 3 homens com idade entre 21 e 29 anos, que se identificavam como negros e abertamente homoafetivos. Foi utilizada a amostragem não probabilística bola de neve, essa amostragem consiste em convidar alguns participantes, que convidariam outros e assim por diante. O convite para participar foi realizado de forma virtual, via instagram, por meio de um post convidando, de forma voluntária, os participantes, explicando como aconteceria a pesquisa e o que fazer para participar.

Para o alcance dos resultados, foram utilizados como instrumentos para coleta de dados um questionário sociodemográfico, o TCLE e uma entrevista semi-estruturada, sendo todos no formato online. No questionário havia perguntas simples, apenas com o intuito de situar a pesquisadora participante qual o local de fala de cada participante voluntário. A partir de uma pergunta no questionário (que sinalizava qual o melhor dia e horário os voluntários definiriam para a realização do segundo momento - entrevista), os participantes foram convidados para um segundo momento, que foi a entrevista semi-estruturada, na qual continham perguntas acerca de suas vivências, experiências enquanto homens negros residentes no estado de Rondônia, assim como ações discriminatórias que sofreram ao longo da vida.

O método utilizado para interpretação dos dados foi a Análise do Discurso (AD), que não é uma metodologia e sim uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. Essa contribuição ocorreu da seguinte forma: da linguística deslocou-se a noção de fala para discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e finalmente da psicanálise veio a noção de inconsciente que para a AD, é trabalhado com o descentramento do sujeito (CAREGNATO, 2006).

Vale destacar que na AD, que como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata o discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa - se o homem falando. Na AD, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os 3 sujeitos entrevistados tinham entre 21 e 29 anos de idade. O S1, de 21 anos, reside na zona urbana, trabalha como gerente de uma conveniência, possui ensino médio completo, é católico, mora com o pai e está solteiro. O S2, 27 anos, reside na zona rural, é professor de dança, possui ensino superior completo, é graduado em Educação Física, filho de professores, católico e mora com o companheiro. E por fim, o S3, 29 anos, reside na zona urbana, funcionário público, ensino superior completo, graduado em Direito, filho de uma dona de casa e um policial militar aposentado, não possui religião no momento e mora com o companheiro.

Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, essa mediação, o que é o discurso, torna possível tanto a permanência quanto deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. As etapas do processo de análise dos discursos são: passagem da superfície linguística para o objeto discursivo; passagem do objeto discursivo para o processo discursivo; constituição dos processos discursivos.(ORLANDI, 2005). A seguir, trataremos dos três eixos temáticos que foram propostos e discutidos neste estudo:

a) formas de enfrentamento às ações homofóbicas

Neste eixo, foi discutido como os participantes enfrentaram ao longo da vida e ainda enfrentam ações discriminatórias referentes à sua sexualidade e como esse enfrentamento partiu de uma necessidade do momento, uma ferramenta que eles se apropriaram para se autodefender:

"[...]foi onde eu estava trabalhando; eu estava lá tranquilo e daí chegou um rapaz alterado e meio que me deu um susto eu fiquei meio que sem entender eu fiquei encarando ele, e daí ele começou a me xingar e xingar "seu gay, viadinho, sua bixinha, e algo do tipo vem aqui para você ver que que eu faço com você". E daí meu meio que perdi a paciência porque você toda vida escuta esse xingamentozinhos e você meio que tem medo de fazer alguma coisa, e daí eu meio que tava meio cansado de escutar isso aí em cima dele eu não me orgulho disso (risos) porque eu tava no serviço, mas enfim (e não foi a primeira vez no serviço) mas foi a única vez que eu não consegui controlar meus sentimentos entendeu" S1, 21 anos

Neste trecho, percebe-se pela fala de S1, que seu histórico de ofensas e ataques homofóbicos eram tão recorrentes, que sua "paciência esgotou" e ele se permitiu ceder ao impulso de raiva no momento, não se controlando diante de mais um desses afrontes que foi infelizmente obrigado a se sujeitar. E o seu ambiente de trabalho, que foi por ele citado não ter sido a primeira vez que isso acontece, deveria ter tido um cuidado, um preparo maior com esse tipo de situação, visto que estamos situados em um estado conservador, com tantos discursos fundamentalistas religiosos, principalmente contra minorias de gênero, raça e classe.

Dados apurados pelos membros da Comissão de Diversidade Sexual (CDS) indicam que Rondônia ocupa uma perigosa posição no ranking de estados com maior presença de crimes por homofobia. Em 2015 o Diário da Amazônia apresentou notícia indicando que dentre os dez estados brasileiros mais perigosos para um LGBTQIA+ viver, Rondônia figurava na nona posição (OAB/RO, 2020).

"[...]No fundamental foi difícil, eu guardava tudo pra mim, porque morria de medo. Já no ensino médio, quando eu estava maior, eu sempre meio que debochava, era a válvula de escape que eu achei para ninguém me zoar, tipo alguém me chamava de viadinho e eu retrucava "ah sério, agora que você descobriu"? , aí ninguém ligava muito. Aí eu comecei a perceber que eles começaram a ligar quando eu discutia, quando eu debochava, retrucava.. S1, 21 anos

[...]“como que é aquela coisa que você faz na escola sua bichinha”? tipo assim para me ofender né, e aí eu comecei dançar no meio da rua para debochar dele , depois disso nunca mais me abordou nem na escola” S3, 29 Anos

Na seguinte fala de (S1, 21 anos), fica explícito que uma de suas ferramentas, que funcionou como uma “*válvula de escape*” (pode se afirmar que era a única), mais acessíveis no momento para lidar com as ofensas discriminatórias era o deboche, a ironia, como também foi a única forma de se autoprotger das violências heteronormativas, dos ataques homofóbicos.

A segunda fala de (S3 29 anos) é bem elucidativa, e não difere do participante B., quando ele diz que [...]“*comecei dançar no meio da rua para debochar dele*”, A. se apropriou da mesma ferramenta como uma forma de se estabelecer e se auto afirmar como gay, sendo quem ele era, se expressando e não se calando diante das ofensas.

[...]“outras pessoas falavam sobre na escola, faziam piadinha na sala eu sabia que tava falando de mim, mas eu fingia que não era comigo e aí eu vejo assim que esse esse fingir que nada acontecia era uma forma de se autoprotger; eu nunca me senti confortável dentro da escola e hoje eu percebo que o sentimento era de repressão, eu nunca passei por essa situação de ter sido protegido dentro da escola.” S3, 29 anos.

A fala do participante (S3, 29 anos) demonstra uma falta de acolhimento por parte da escola com sujeitos lgbs, que desde criança sofrem com essas “piadinhas”, comentários maldosos, olhares que soam como ofensa, e quando A. menciona “*eu nunca me senti confortável dentro da escola e hoje eu percebo que o sentimento era de repressão*”, é uma reflexão a ser feita pela própria instituição escolar, a revisar e reconstruir conceitos de respeito à individualidades e subjetividade de seus alunos.

Segundo Junqueira, (2013), por meio da pedagogia do armário, desde cedo, os estudantes aprendem a movimentar o sistema heteronormativo e homofóbico através de processos que agrupam e sentenciam alguns sujeitos em posições inferiores, os violentando, ofendendo verbalmente. Esses sujeitos, tornam-se então, os focos de atenção coletiva, das “piadinhas”, da zombaria, as várias formas de ofensa que se possa ter dentro da instituição, impactando toda sua construção como sujeito, como ser social.

[...]Eu sempre fui de dançar, fazer teatro, me envolver, entendeu? me envolvia em tudo na escola, eu sempre gostei do meio artístico, entendeu? coisas culturais, entendeu? eu sempre amei ta em questão de esporte, tudo! Sempre queria estar metido no meio, aí pelos meus irmãos eu não fazia, “porque não era coisa de homem” jamais um homem faria isso, um hetero, vamos dizer assim. Então era “coisa de viadinho” S2, 27 anos

O que se estabelece na fala do participante acima é que há brincadeiras/ jogos para “meninas e meninos”, dessa forma já identificando o local de pertencimento de cada um. E para não *envergonhar* seus irmãos, ele escolheu se retrair, não permitir ser quem era no momento, dançar o que queria, brincar do que queria, se divertir, pelo simples fato de que se expressar “*envergonhava*” seus irmãos. Ou seja, a própria escola, instituição

que deveria incentivar e proporcionar esse livre espaço para que cada pessoa expresse sua subjetividade da maneira que quiser, quando quiser, e que não haja repressões ou retaliações quanto a isso; não seja um espaço que cortar nossas asas e sim um espaço que nos possibilite voar cada vez mais alto.

Embora para a instituição heteronormativa da seqüência sexo-gênero-sexualidade concorram diversos espaços sociais e institucionais, parece ser na escola e na família onde se verificam seus momentos cruciais. Quantas vezes, na escola, presenciamos situações em que um aluno “muito delicado”, que parecia preferir brincar com as meninas, não jogava futebol, era alvo de brincadeiras, piadas, deboches e xingamentos? Quantas são as situações em que meninos se recusam a participar de brincadeiras consideradas femininas ou impedem a participação de meninas e de meninos considerados gays em atividades recreativas “masculinas”? (JUNQUEIRA, 2013).

b) Impacto da religião na construção da sexualidade

Neste eixo, foi discutido como esses dois fatores atravessaram e fizeram parte da construção da sexualidade dos participantes, influenciando diretamente na vida de cada um deles, no modo de agir, pensar, se comportar, em suas narrativas de vida.

[...]“Desde os avós tudo, então somos uma família bem de igreja. Então, eu tinha dificuldade porque eu ia para a igreja e escutava muito assim das pessoas; eu tinha acesso, eu sempre fui muito curioso entendeu, sempre sabia muito que à volta existem pessoas gays, então eu ficava naquela curiosidade e escutava a minha volta “vai pro inferno”, quando morrer, a primeira coisas dita desde criança, sempre escutei, que vai para o inferno, já está com o passo lá.” S2, 27 anos

O que se percebe nesta fala do participante (S2, 27 anos), é uma violência tremenda por parte da igreja, proferir discursos como estes, sem levar em conta as múltiplas facetas, subjetividades e até as coletividades presentes nas instituições religiosas. Quando as palavras que o participante mais evidencia são “vai pro inferno” “ou já estou com o passo lá no inferno”, e esse lugar está atrelado ao pecado, a morte, tragédia, tudo que for de encontro a isso, criará no imaginário dessa criança que ela precisará lutar com todas as suas forças para não cair nesse lugar chamado inferno.

Bonfim (2011), ressalta que alguns retratos da junção entre Igreja e Estado nesse aspecto de religiosidade e sexualidade, eram verificados igualmente pela lógica colonizadora de dominação de territórios, ou conquistaram povos, assim como tiveram papel fundamental de difundir as leis vigentes europeias. Esses mesmos países colonizadores puniram de forma cruel, com a morte a prática homoafetiva, de forma que as leis que na época denominavam “antissodomia” também eram vigentes no Brasil.

c) o racismo na dimensão naturalizada

Neste eixo foi discutido como as ações discriminatórias racistas se expressam de forma implícita muitas vezes, a ponto de serem até imperceptíveis e muitas vezes tão naturalizadas. E como o racismo se camufla em meio aos detalhes de um estado conservador como o de Rondônia.

[...] “ até esses dias eu nunca havia sofrido, em outro momento eu não conseguia colocar na caixinha de racismo;” S3, 29 anos

Nota-se pela fala do participante S3. 29 anos que no passado ele poderia até ter sofrido alguma experiência de racismo, alguma situação ou ação discriminatória, porém ele não conseguiu ter discernimento ou a percepção disso no momento. Segundo Almeida (2019), o racismo é um mecanismo sistemático de separação que tem a raça como condição, e que se manifesta por meio de práticas sejam elas conscientes ou inconscientes, resultando em desvantagens ou privilégios para sujeitos, dependendo do grupo racial a que pertencem.

[...]“ele tava bêbado no banco de trás ele tava bebendo tal e ele é muito de abraçar muito de dar carinho e aí tinha uma amiga dele sentado do lado de cá que eu tava dando carona para ela [...aí ele me abraçou assim ele falou assim “nossa tu está muito cheiroso seu cabelo tá muito cheiroso, aí eu falei que tinha tomado banho né (risos) e aí ele complementou: eu nunca achei que seu cabelo fosse cheiroso, e eu falei como assim?? e ele: ah, seu cabelo é ruim né, Aí eu falei assim: não é ruim não, mas não consegui falar nada além disso na hora.” S3, 29 anos

Nesse caso, a fala do participante nos remete ao conceito e “do dito e de não dito” trago por Orlandi (2005). Quando S3. 29 anos diz que “não consegui falar nada disso na hora”, o que pressupõe que ele teria algo para falar, mas não conseguiu elaborar nada na hora, evidencia que o racismo mesmo nos pequenos detalhes de uma frase, já consegue nos impossibilitar, nos paralisar diante de situações como essas. E nesse mesmo momento, quando o amigo diz que “não achou que o cabelo de S3. fosse cheiroso”, ele já faz uma outra inferência racista, deixando subentendido que cabelos crespos/cacheados são mal cuidados e/ou sujos.

[...]“no mercado eu já senti alguns olhares por exemplo do segurança, olhando de canto de olho para mim, pode ser só impressão minha ou não também (risos..) que eu me senti meio embaraçado” S1, 21 anos.

É possível perceber pela fala do participante B. que esses “olhares suspeitos” do segurança entrelaça muito com a ideia de de Almeida (2019), quando ele menciona sobre naturalizarmos o racismo, e de essas as estruturas sociais estão fortemente internalizadas, que se tornam naturais sob essa sociedade dividida entre negros e brancos, sendo assim não é mais questionada, criticada, e sim seguida. Dessa forma, quando o próprio negro se vê nessa condição de “suspeito”, e não mais se questiona sobre, porque se tornou uma questão naturalizada, ele apenas reproduz a fala do participante B. 21 anos, dizendo que pode ter sido apenas uma “impressão” dele, e não caracteriza como racismo propriamente dito.

A dimensão raça e sexualidade foi algo que não apareceu nos discursos de forma interseccional, os participantes conscientemente não fizeram a correlação dessas intersecções nas experiências/ vivência deles. Apesar dessa intersecção ter os afetados, ainda não conseguem ter a percepção de como isso os impacta direto e indiretamente, pois raça e sexualidade não são discutidas de forma totalitária, e sim de forma individual.

CONCLUSÃO

A maneira e a percepção de descrever as experiências/vivências dos participantes quanto às ações homofóbicas que sofreram tiveram muitas semelhanças, o que foi uma coincidência, já que a escolha dos mesmos foi de forma aleatória, porém os discursos estavam alinhados. No que tange às ações racistas, os participantes não detalharam muitas situações, e as poucas que detalharam não estavam interseccionadas com o contexto de sexualidade, por exemplo.

Dessa forma, o presente trabalho verificou que há muito a se percorrer no sentido de interseccionalidade de estudos de raça, gênero e sexualidade, pois estes estudos geram as percepções de mundo das populações que são afetadas diariamente por essas dimensões interseccionais. Outro ponto a se destacar foi de que o aspecto homofobia impactou os participantes de forma mais significativa em suas vivências, quando comparadas ao racismo, visto que, embora o mesmo tenha feito parte de algumas experiências, ele não tomou uma proporção tão significativa como a homofobia, por exemplo.

Considerando ser uma temática pouco debatida, os objetivos pretendidos e considerando os resultados encontrados, constata-se que as experiências/vivências de homens negros homoafetivos são sim permeadas por ações discriminatórias homofóbicas e por um racismo de forma mais “naturalizada”, o que não deixa de ser racismo, e isso se deve aos padrões hegemônicos da heteronormatividade e da branquitude.

Nesse sentido conclui-se que a pesquisa foi de grande relevância, não só para o meio acadêmico, mas também para os participantes que puderam perceber por uma outra ótica como essas ações discriminatórias impactam em todos os aspectos de suas vidas. Além disso, são ações que agem não só fisicamente, verbalmente, mas também subjetivamente e simbolicamente.

REFERÊNCIAS

AGAMBER, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua** I. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1995].

ALMEIDA, Silvio (2019). **Racismo Estrutural**. Polén.

BADGETT, M. V. L. **The wage effects of sexual orientation discrimination.** *Industrial and Labor Relations Review*, v. 48, n. 4, p. 726-739, 1995. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2524353>. Acesso em: 19 jul.2020.

BANUTH, Raquel de Freitas; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Vivências de Discriminação e Resistência de uma Prostituta Negra.** *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 763-776, Setembro 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300763&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 19 jul.2020.

BENTO, B. **A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade.** In: Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cad. Pagu [online]*. 2018, n.53, e185305. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2020.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BOMFIM, Silvano Andrade do. **Homossexualidade, direito e religião: da pena de morte á união estável. A criminalização da homofobia e seus reflexos na liberdade religiosa.** São Paulo. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 18 – jul./dez. 2011.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 15, n. 4, p. 679-684, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso>. access on 07 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>.

CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição de métodos.** Monografia de conclusão de curso de bacharel em estatística - UFRGS. Rio Grande do sul, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** 2008.

FERREIRA, Dina Martins ; CAMINHA, Tibério. **PIGMENTOCRACIA E A EXPERIÊNCIA DO PRETERIMENTO NA HOMOSSEXUALIDADE NEGRA.** *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 156-174, 6 out. 2017. disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/5796/5248>>. Acesso em: 23 set.2020.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2000
- JUNQUEIRA, R. **Pedagogia do armário: A normatividade em ação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>. Acesso em: 20 de set. 2021.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MELO, R. BARRETO, D. **Formação em psicologia: discursos e saberes sobre experimentações de gênero**. Psicologia ciência e profissão, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolitique. Raisons Politique**, n.21, p.29-60, 2006.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MUNIZ, G.M. **Reflexões acerca da heteronormatividade**. 43 p.- Universidade de Brasília, 2017.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- OAB (Rondônia) (org.). **Dados revelam alta violência em razão do preconceito em Rondônia, aponta Comissão**. 2020. Disponível em: <https://www.oab-ro.org.br/dados-revelam-alta-violencia-em-razao-do-preconceito-em-rondonia-aponta-comissao/>. Acesso em: 20 out. 2021.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 5ª edição 2005.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Traduzido por Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SILVA, Monalisa; MONTEIRO, Juliana. **Representatividade da mulher negra em cartazes publicitários do Ministério da Saúde**. São Paulo: **Journal of School of Nursing**, V. 52, 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-985056>>. Acesso em: 20 jul.2020.
- SOUZA, E. M. de; PEREIRA, S. J. N. **(Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais**. RAM – Revista de Administração Mackenzie, v. 14, n. 4, p.76-105, jul./ago. 2013.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. Ed. São Paulo: Graal Editora, 1990.

VIDAS TRANS - EU SÓ QUERIA (R) EXISTIR - RELATO DE CASO

Data de submissão: 09/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Fernanda Guadagnin

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Porto Alegre/ Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7752643416075467>

Renata Guadagnin

UniRitter; Porto Alegre/ Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/8613316875410870>

RESUMO: A população trans costuma enfrentar inúmeras situações de preconceito e violência e são constantes as lutas pela garantia de direitos a esta população. Relatar casos atendidos em um serviço em nível hospitalar que visa auxiliar no processo de identidade de gênero contribui para o conhecimento sobre o assunto e a ampliação do entendimento sobre a importância do respeito e atendimento qualificado a todos, todas e todes.

TRANS LIVES - I JUST WANTED (R) TO EXIST - CASE REPORT

ABSTRACT: The trans population tends to face countless situations of prejudice and violence and there are constant struggles to guarantee the rights of this population. Reporting cases treated in a hospital-level service that aims to assist in the gender identity process contributes to knowledge on the subject and expanded understanding of the importance of respect and qualified care for everyone.

INTRODUÇÃO

A população transexual passa por inúmeras situações de preconceito e violência ao longo da vida. Muitas na infância e/ ou adolescência são expulsas de casa pela própria família biológica, tendo que lidar com a identidade de gênero e situações de exclusão e vulnerabilidade social.

Uma das questões que impactam a saúde mental da população trans esta relacionada à grande insatisfação com as características relacionadas ao sexo de

nascimento. É recorrente a prática da auto-medicação com quantidades excessivas de hormônios e até mesmo de prótese de silicone clandestino, com as chamadas bombadeiras. Os tratamentos que podem auxiliar nas questões relacionadas à sentir-se bem e de acordo com a identidade de gênero podem ser atendidos pelo Sistema Único de Saúde a nível ambulatorial (tratamentos hormonais) e a nível hospitalar (hormônios e cirurgias). A atuação deve ser por equipe multidisciplinar, individual e em grupos e contemplar questões da vida de cada indivíduo. Iremos relatar um atendimento/ caso utilizando dados fictícios para não identificar a paciente.

Samira, 45 anos, viúva, trabalha como consultora de vendas.

Com relação a infância, ela refere que foi uma fase infância horrível, não teve infância, não era quem eu sou. Conta que sofreu muito, a questão da sua identidade de gênero para sua família foi horrível. Na escola teve que ser popular, para ser aceita, no período escolar algumas professoras a acolheram. Samira conta que sua mãe demorou muito para a aceitar, tem como a sua família Deus.

Com relação ao nome Samira diz que foi ela quem escolheu, fez a retificação do nome e gênero nos documentos. A questão das roupas diz que na adolescência cuidava de crianças para poder comprar suas coisas, questiono sobre sua relação com a sua família e a paciente relata que foi horrível e não quer falar sobre (emociona-se neste momento). Com relação às expectativas, a paciente relata que só quer sua cirurgia, sabe que é um processo e que é doloroso. Reforça que nunca se viu como homem, diz ser Cristã/ frequenta igrejas evangélicas.

A paciente fala diversos momentos sobre seu companheiro, com o qual viveu por 3 meses e este faleceu do coração, ela diz que no mês em que ele faleceu nasceu um menino que supostamente é seu filho, estão em processo jurídico com vistas ao DNA, pois a família materna da criança é desorganizada socialmente e “se for desejo de Deus” ela quer criar esta criança.

Podemos identificar em falas e gestos o quanto a população trans passa por situações inusitadas e desnecessárias de preconceito e violência, portanto vale salientar que enquanto profissionais da saúde devemos atender à todos, todas e todes de forma acolhedora e respeitosa sempre.

RELATOS DOCENTES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E PERCEPÇÕES DE GÊNERO

Data de submissão: 19/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Osmar Arruda Garcia

Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo – FEUSP, na linha de pesquisa: Sociologia da Educação. Diretor de Escola na Escola Municipal Djiliah Camargo de Souza – Rio Claro/SP

RESUMO: Neste texto analiso alguns relatos sobre diversidade sexual e gênero de professores/as que participaram do curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE), em 2009. Discuto sobre a identidade e os processos de identificação, por vezes permeado por conflitos. Discuto sobre o conceito de gênero, estabelecendo diálogo com autoras como Scott (1995) e Butler (1999), e diversidade sexual com Foucault (1988) e Weeks (1999). Contextualizo o surgimento do GDE, desde a inserção de temas como a diversidade sexual e o gênero relacionado à educação, nas políticas públicas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, até as iniciativas realizadas pelo governo Lula, e a expansão do seu oferecimento pelo sistema UAB. Estabeleço diálogo com os autores sobre os processos de identificação, utilizando

excertos retirados dos memoriais entregues pelos/as docentes como trabalho final do GDE. Reflito sobre o reconhecimento das singularidades e algumas percepções de gênero e diversidade sexual dos/as docentes sem abandonar o diálogo com as teorias de identidade. Foi possível perceber pelas análises que o reconhecimento do “outro” e de suas semelhanças e diferenças identitárias muitas vezes pode chocar, e que nem sempre é fácil lidar com essa questão, ainda mais quando se trata de reconhecer as identidades englobadas pela diversidade sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Sexual, Gênero, Identidade, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Neste texto busco analisar alguns relatos docentes sobre diversidade sexual e gênero. Tais relatos são de professores/as que participaram do curso “Gênero e Diversidade na Escola” – GDE, no ano de 2009.

Vale salientar que os excertos são parte integrante do material empírico de análise da minha dissertação de mestrado intitulada provisoriamente de *Formação Docente em Gênero e Diversidade Sexual: apreensão de conceitos e superação de preconceitos*.

Procuro, ainda que brevemente, discutir sobre o conceito identidade, os processos de identificação e sobre como esse processo por vezes pode ser permeado por conflitos. Em seguida formulo uma discussão sobre o conceito de gênero, estabelecendo diálogo com autoras como Scott (1995) e Butler (1999), e sobre diversidade sexual com Foucault (1988) e Weeks (1999).

Na sequência contextualizo o surgimento do GDE, desde a inserção de temas como a diversidade sexual e o gênero relacionado à educação, nas políticas públicas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Passando pelas iniciativas realizadas pelo governo Lula, até a expansão do oferecimento do curso pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Posteriormente dedico-me a tentativa de estabelecer diálogo com a formulação teórica sobre os processos de identificação coletiva. Ao mesmo tempo em que reflito sobre o reconhecimento das singularidades dos/as professores/as enquanto integrantes de um grupo de cursistas na formação do GDE.

E finalmente busco analisar algumas percepções de gênero e diversidade sexual dos/as docentes sem abandonar o diálogo com as teorias de identidade.

ONDE SE INSERE ESSA DISCUSSÃO? IDENTIDADE E GÊNERO?

A identidade e os processos de identificação vêm sendo objeto de muitas análises entre teóricos e pesquisadores, já há muito tempo. Esse interesse não é neutro e nele há sempre um conflito e uma tensão, nem sempre facilmente resolvidos. O campo de tensão entre aquilo que eu acredito ser e aquilo que o outro diz que sou parece gerar grande interesse por parte de pesquisadores/as. Mas, parece que na maior parte das vezes, quem nos diz quem somos são os outros. Dessa forma, proponho-me nesse tópico situar brevemente definições e discussões sobre o conceito, através de alguns autores.

Alberto Melluci (2004) diz que a identidade abrange diversos significados, além de ser possível identificar três elementos que nela estão presentes. O primeiro elemento é “a existência de um sujeito que se conserva no tempo, livre de influências ambientais”; já o segundo é “a noção de unidade, que estabelece limite entre um sujeito e outro”; finalmente o terceiro é “a relação entre dois elementos, que permite o seu reconhecimento como idênticos” (p. 44). Mas, o autor aponta que a construção de nossas identidades depende daquilo que nos dizem que somos, pois mesmo a possibilidade de nos distinguir-nos dos outros deve ser reconhecida por esses “outros”.

Danilo Martuccelli (2002) explica que a identidade permite, por um lado, em apenas um movimento a acentuação da singularidade de um indivíduo perante um grupo, assim como, por outro lado, confere a semelhança de um indivíduo ao outro, em uma dada cultura ou sociedade. Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado (2008) compreendem que a identidade possui dois processos de atribuição de significados: um processo coletivo e outro individual. Para Prado e Machado (2008) uma identidade é uma ação que engaja e se articula em tramas e conjuntos de significados que são possíveis, dentro da sociedade onde se vive.

A identidade também estabelece “quais são os limites de um grupo em relação a seu ambiente natural e social” (Melluci, 2004, p. 47) e como se dá a pertença de um indivíduo a um determinado grupo. Portanto, a identidade é uma capacidade autônoma de produzir-se e reconhecer-se, essa situação parece paradoxal, já que se trata dessa forma do reconhecimento por dois olhares: o seu e o do outro. Identificar-se com um grupo e reconhecer-se se trata de perceber-se semelhante aos outros, mas afirmando a própria diferença enquanto indivíduo (MELLUCI, 2004). De fato a identidade é fundamentada unicamente em uma relação social que depende, então, de interação e reconhecimento recíproco entre o eu e o nós/outros. Portanto, ela possui uma “tensão irresolvida e irresolvível entre a definição que temos de nós mesmos e o reconhecimento dado pelos outros” (p. 48).

Prado e Machado (2008) observam que as articulações de uma identidade não estão dadas e são “construções de apreensão possível apenas no movimento em que se constituem, definindo processualmente as posições de sujeito em cada contexto particular, sem, contudo, se deslocar do discurso hegemônico” (p.18).

Quando falamos de identidade trata-se de usar verbos como inventar ou construir, assim como começar do zero, refazer-se, repensar-se, recolocar-se enquanto indivíduo no mundo - produzir-se. Trata-se talvez de escolher entre alternativas e então lutar por essa identidade e protegê-la, ainda que a condição de inconclusa dela possa ser suprimida e oculta (BAUMAN, 2005).

Dessa forma a discussão que se dará nas análises deste texto, irão dialogar com algumas das posições e definições expostas sobre a identidade e como esses processos de identificação são por vezes conflituosos. Pelo exposto anteriormente há que se ter claro que o reconhecimento de uma identidade é um processo complexo.

Parece necessário situar o leitor sobre o que viria ser e onde se situam os conceitos de diversidade sexual e gênero, que utilizo nas análises posteriores. Portanto, reflito e discuto a partir dos parágrafos a seguir sobre as definições de tais conceitos.

Joan Scott (1995) afirma que a história de homens e mulheres não pode ser entendida separadamente, já que a análise das informações sobre os homens implica necessariamente o estudo das informações sobre as mulheres. Para ela o conceito deve ser utilizado como uma categoria útil de análise histórica. Segundo a definição da autora gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995) salienta que alguns autores reconheceram que as mulheres tinham história, mas essa também era feita separadamente da história dos homens, o que de fato seria insuficiente. Por isso, alerta que usar gênero como uma categoria analítica poderia possibilitar que algumas respostas fossem encontradas. Diz Scott (1995) que não se podia deixar que a história dessas mulheres fosse contada sem conexão com a história passada e as práticas históricas presentes.

Scott (1995) esclarece, ainda, que existem duas abordagens utilizadas pelos historiadores sobre o gênero, sendo a primeira *essencialmente descritiva* com referência a existência dos fenômenos que possuem relação; já a segunda *causal* onde se teorizava sobre a natureza dos fenômenos e das realidades.

A autora salienta que a definição de gênero repousa sobre uma conexão integral entre duas posições, na primeira posição “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”; na segunda “o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Durante algum tempo gênero foi utilizado por autores como sinônimo de mulheres, mas certamente isso seria insuficiente para explicar as relações de poder estabelecidas histórico, social e culturalmente com relação aos sexos. Dessa forma, então, as feministas contemporaneamente passaram a utilizar gênero, de maneira literal, como a “organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 72).

Pelo exposto é possível pensar que gênero pressupõe uma organização da relação social entre os sexos, ou seja, entre homens e mulheres. Também é possível perceber que gênero estabelece formas primárias onde se consegue significar e dar forma as relações de poder estabelecidas em nossa sociedade, e isso possibilita organizar, categorizar ou sugerir agrupamentos de pessoas, em posições mais ou menos privilegiadas nas redes de poder. Desse modo, também, a existência de novas categorias sexuais como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT poderia supor a existência de novas relações de gênero, ou seja, novas relações de poder, estabelecendo assim uma nova forma de dar significado às relações entre os sexos.

Estabelecer diferenças entre homens/homossexuais, mulheres/lésbicas e pressupõe a geração de novas relações de poder. Mas afinal quando essas categorias sexuais passaram a existir?

Tanto Michel Foucault (1988), quanto Jeffrey Weeks (1999), afirmam que a homossexualidade foi “inventada” no século XIX, em oposição à manifestação da sexualidade tida como “normal”, ou seja, a heterossexualidade. Desse modo a relação dada entre indivíduos do mesmo sexo foi e algumas vezes ainda é tratada como desvio sexual, maligna, como doença, aberração ou diferente, apesar de nem sempre e nem em todas as sociedades ter sido dessa forma.

Enquanto os homossexuais modernos muitas vezes ocupam uma posição marginal na sociedade e são normalmente considerados como efeminados, na Grécia, era a pederastia que propiciava acesso ao mundo da elite social; era apenas a relação pederasta que transformava o rapaz em um verdadeiro homem. Portanto, os gregos certamente conheciam o 'amor grego' e seu interesse em rapazes nunca foi meramente platônico, mas em nenhum sentido eles inventaram o homossexualismo. (BREMNER, 1991 *apud* PRADO; MACHADO, 2008, p. 36)

Com o advento do cristianismo, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram denominadas de sodomia, e vistas como uma perversão, como pecado. Naquela época não havia ainda uma denominação para o sujeito que mantinha tal prática, mas sim uma nomeação da prática sexual em si. O sujeito que mantinha tal prática era chamado de sodomita, um adjetivo para o homem que praticava sexo com outro homem, e não algo que o nominava, o rotulava.

É no século XIX que se passa a não nomear as práticas sexuais e sim os sujeitos e desse modo a homossexualidade recebe uma denominação médico-moral enquanto manifestação da diversidade sexual, passando a heterossexualidade a existir como sua oposta e identificada como a “norma” (WEEKS, 1999).

Nesse contexto de nomeação dos sujeitos as relações entre os diferentes tipos de homens/mulheres, passam a gerar hierarquias entre os grupos. É histórico que as práticas sexuais diferentes daquelas estabelecidas entre um homem e uma mulher passaram por várias interdições, quer seja pela religião, pela medicina, pela justiça, etc. A diversidade pressupõe a diferença, como podemos observar em dois dos significados disponíveis para essa palavra no dicionário Michaelis UOL¹ que são: diferença e dessemelhança. Portanto, quando penso no termo diversidade sexual reflito sobre diferença e a dessemelhança que essas relações afetivo-sexuais têm em relação àquela chamada de “normal” (heterossexual).

Como exposto, anteriormente, há relações de poder que circulam na sociedade, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Dessa forma a população contemplada pela diversidade sexual sofreu e ainda sofre os efeitos desse histórico, uma vez que, o gênero deve ser entendido pela demarcação clara da separação social entre homens e mulheres no que se refere às relações de poder. Nesse sentido, apoio-me em um pressuposto de que:

[...] as teorias que advogam sobre o que *determina* a homossexualidade, ou qualquer outra tentativa de formular uma teoria normativa a respeito da mesma, estão, por princípio, ideologicamente orientadas na direção de uma 'normalização' da heterossexualidade e, conseqüentemente, de uma patologização de comportamentos sexuais que se afastam dessa lógica hegemônica que chamamos de heteronormatividade. (PRADO; MACHADO, 2008, p.33)

1. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=diversidade> . Acesso em: 19/07/2012.

Portanto gênero será entendido, nesse texto, por tudo o que expus acima sobre o seu caráter relacional. Já a diversidade sexual será entendida como o grupo de atores sociais cujas relações e práticas sexuais diferem das relações entre homens e mulheres, ou heterossexualidade. Ou seja, como aqueles comportamentos sexuais que se afastam da heteronormatividade, permitindo que sujeitos sejam colocados em posições mais ou menos privilegiadas no convívio social.

MAS, DO QUE ESTAMOS FALANDO? GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA?

Antes de iniciar as análises sinto a necessidade de situar o leitor sobre o material analisado, e de onde esse material foi retirado, expondo também quando as políticas públicas que buscam a inserção das temáticas como desigualdades sociais foram introduzidas no contexto do Brasil. A discussão começa nos anos de 1995, que é quando a inserção de gênero e diversidade sexual foi sendo retomada e se entrelaçando à área educacional, até a criação do GDE.

Discussões sobre as questões de gênero e diversidade sexual sofrem uma retomada efetiva durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi nesse período que se realizaram Conferências Internacionais, que tinham como objetivo a realização de um pacto educacional voltado à inserção da temática das desigualdades socioculturais. Assim, era necessário o cumprimento de metas direcionadas por agências multilaterais (UNESCO, CEPAL e Banco Mundial), tais como a elaboração de um novo currículo, desse modo, sob a coordenação do então Ministério da Educação e Cultura – MEC, iniciou-se a elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) voltados ao ensino fundamental, a partir de uma perspectiva de gênero e sexualidade (VIANNA, 2011).

Os destaques dessa iniciativa do governo brasileiro ficam por conta do ineditismo do tratamento do tema de gênero e sexualidade em relação à educação e a inclusão da sexualidade como tema transversal que atingiria as várias áreas do conhecimento que compõem o novo currículo. Porém, houve pontos negativos como restrição de temas como o da diversidade sexual e da discriminação sofrida por LGBT, e o seu caráter centralizador com foco na saúde, corpo e doença, onde a Orientação Sexual passa a ser entendida pela sua regulação e a mera transmissão da informação com relação à sexualidade. Além disso, a inserção foi realizada por imposição e sem a devida preparação dos docentes com relação ao tema da orientação sexual² no currículo (VIANNA, 2011).

2. A orientação sexual é entendida nos Temas Transversais dos PCN como a educação para a sexualidade, dada de modo sistematizado, e pelas instituições escolares. Porém, essa utilização conflita com a utilização do termo orientação sexual que tem como significado a orientação do desejo sexual do indivíduo (hétero, homo, bi, transexual, etc.).

Durante o governo Lula, com a percepção de falhas e faltas ligadas a temas como a diversidade sexual e gênero, os movimentos de mulheres e LGBT passam a reivindicar a inserção de políticas de formação de professores para lidar com tais questões, já que havia representantes desses segmentos nos ministérios. Dessa forma nos anos 2000 começam a ser realizados cursos, oferecidos por editais, onde as Organizações Não Governamentais (ONG) apresentavam projetos de formação na área de gênero e diversidade sexual, que eram realizados em parceria com o Governo Federal, para professores da educação básica.

A partir de 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM passa a formular importantes políticas na área educacional e surge também o Programa Brasil sem Homofobia, que teve importantes contribuições nesse cenário. Assim percebe-se que parte das políticas públicas que tem como foco a superação das desigualdades sociais, sobretudo ligadas ao preconceito contra LGBT, diretamente ligadas à educação, foi uma resposta do governo às pressões do movimento (VIANNA, 2011).

Em 2006, nasce o GDE, fruto da construção coletiva, realizada por meio de parcerias, coordenada pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM, com certificação fornecida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

O curso nasceu como projeto piloto em seis municípios (Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu), de várias regiões do país o que possibilitava uma maior representação geográfica (GRÖZ, 2008). Foi lançado por iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM e do Conselho Britânico em parceria com SECAD-MEC³, a Secretaria de Ensino a Distância - SEED, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e o CLAM, além das secretarias de educação, as coordenadorias da mulher e os movimentos sociais dos estados e dos municípios participantes, em convênio com as universidades públicas do país.

Em 2008, o GDE passou a ser oferecido por meio de um edital da SECAD-MEC para todas as instituições públicas de ensino superior do país, pelo sistema UAB, passando, então, “a integrar a Rede de Educação para a Diversidade no âmbito do Ministério da Educação – MEC que visa à implementação de um programa de oferta de cursos de formação para professores/as e profissionais da educação para a diversidade” (CLAM, 2009, p. 11).

A formação realizada no GDE tinha a proposta de contribuir para a construção de novas práticas relacionadas às temáticas de gênero e diversidade sexual, visando proporcionar a reflexão sobre esses temas nos espaços escolares e a criação de estratégias para a diminuição de preconceitos, violência e modos de exclusão.

Em 2009 a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, campus de Rio Claro, foi contemplada com a parceria da UAB para o oferecimento da formação. Sob essa coordenação, ficaram os municípios-polos de Araras, Botucatu, Guaíra, Matão, Santa Isabel, São José do Rio Preto, Viradouro, Votuporanga e Jaú.

3. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que a partir de 2011 passou a ser denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI e Ministério da Educação.

TRILHAS DE PESQUISA

Para as análises desse texto foi elencado o polo de Jaú, diante dos 09 polos vinculados à UNESP em convênio com a UAB.

A escrita dos/as professores/as analisada se refere à formação do GDE oferecida no ano de 2009, para aproximadamente 30 professores/as, de uma das turmas do polo. A duração do programa de formação foi de aproximadamente quatro meses, com carga horária de duzentas horas. Os módulos eram ministrados por docentes doutores ligados a universidades públicas do país e com grande conhecimento de pesquisas nas áreas de cada módulo.

Uma das propostas do GDE, realizado, foi a elaboração de um memorial das atividades e reflexões ocorridas durante o curso. No memorial, o/a professor/a deveria elaborar uma narrativa de sua própria experiência baseada nos seus escritos durante o curso. Os/as professores/as eram convidados a fazer uma narrativa livre, espontânea, de cunho pessoal, de no máximo 3 páginas, como uma das atividades finais.

As análises se constituíram dentro de uma abordagem qualitativa. Para tal foram selecionados trechos dos memoriais dos/as professores/as.

PERCEPÇÕES SOBRE O OUTRO, O GÊNERO E A DIVERSIDADE SEXUAL: UM RECONHECIMENTO NEM SEMPRE “ROMÂNTICO”

Reconhecer o outro e suas características, nem sempre é algo que acontece de forma singela, muitas vezes é através do choque que esse reconhecimento surge. Quando se fala de gênero e diversidade sexual, muitas dúvidas e incertezas se colocam. Dessa forma utilizo alguns excertos dos memoriais docentes, para refletir sobre esse reconhecimento, esses processos de identificação e de estranhamento, sobre o choque.

O fragmento a seguir possibilita dialogar sobre o reconhecimento de si e do outro, já que a professora ajuda a refletir sobre o que é comum a ambos. Talvez, o que os une em um coletivo seja o fato de serem professores e participar de um mesmo curso, isso parece estabelecer o reconhecimento das diferentes identidades (*personalidades*), assim como seus princípios e valores.

Este curso foi muito importante para mim, enquanto pessoa e enquanto educadora. Lembro-me de uma aula de Filosofia da Educação em que a professora questionava o que é um “sujeito coletivo”. Creio que o mais importante no curso foi nos fazer sentir “sujeitos coletivos”, ou seja, apesar de termos nossa personalidade, princípios e valores pessoais estamos inseridos numa sociedade, que tem pessoas com personalidades diferentes, princípios e valores diferentes dos nossos e, desde que não esteja causando um mal a outros, devem ser respeitados. (Professora Edilaine⁴)

4. Os nomes dos professores são fictícios a fim de preservar suas verdadeiras identidades. Também foram realizadas correções ortográficas nos excertos retirados dos memoriais dos professores.

Edilaine parece expressar nesse excerto a possibilidade do reconhecimento de si nos outros que formavam o grupo de professores que cursavam juntos o GDE. Um reconhecimento das características individuais que se expressavam no grupo ou uma identificação que lhe dá um sentido de pertença social devido a sua semelhança com os outros, sem deixar de lado a reflexão sobre sua diferença e a dessemelhança com relação a eles (MARTUCCELLI, 2002).

Sobre o reconhecimento da diferença no cruzamento com as próprias características individuais, o excerto a seguir pode ajudar a reflexão, revelando o conflito que esse tipo de situação pode causar.

Esse reconhecimento não foi algo fácil nem romântico; nem sempre o diferente nos encanta, muitas vezes eles nos assustam nos desafiam, nos fazem olhar para a nossa própria história, nos levam a passar em revista as nossas ações políticas e individuais e os nossos valores. Reconhecer as diferenças implica romper com os preconceitos, superar as velhas opiniões formadas sem reflexão, sem o menor contato com a realidade do outro. (Professora Helena)

Pode, realmente, não ser *algo fácil e nem romântico* o reconhecimento do diferente, já que como anteriormente exposto há essa tensão irresolúvel em nossa identidade dada nessa interação social com o outro, nesse processo de auto e hetero-identificação. Melluci (2004) salienta que o conflito rompe a reciprocidade da interação, é um choque, segundo ele as identidades negadas pelos opositores entram em conflito na busca de reafirmação, pois cada um nega reconhecer ao outro aquilo que é comum aos dois.

Dessa forma os dois fragmentos aqui citados possibilitaram pensar sobre como se deu o reconhecimento da diversidade em um grupo e o fato comum de serem professores de uma rede de ensino de uma cidade do interior paulista que juntos estavam realizando uma ação coletiva de formação docente nas temáticas de gênero e diversidade na escola. Fator esse que pode contribuir para o reconhecimento de outras diferenças como a diversidade sexual e o gênero, que aparecem nas análises a seguir.

Algumas percepções sobre o gênero como construto social, histórico e cultural do sexo anatômico e baseado em relações de poder começaram a despertar pensamentos nos/as professores/as a partir das discussões e leituras realizadas durante o módulo 2, denominado Gênero. O fragmento a seguir possibilita algumas reflexões.

No módulo 2 pude perceber o quanto a sociedade afeta as decisões de escolha das pessoas, adolescentes rebeldes fora dos padrões ditos normais para a sociedade sendo uma questão social e não biológica, isso eu não tinha parado para pensar, pois agora pensando já peguei muitas pessoas próximas a mim falando que homossexuais seria causado pela genética[...].(Professora Flora)

Alberto Melluci (1997) ajuda a pensar sobre a escolha exposta pela professora. Ele reflete que em um sistema complexo, como nossa sociedade, são distribuídos recursos para que os atores sociais sejam capazes de decidir e construir autonomamente o sentido

de suas ações. Ao mesmo tempo em que essa construção ocorre, também é produzida e exercida uma forma de controle que atinge a formação do sentido de agir, ou seja, apesar de fazermos nossas “escolhas”, há mecanismos que interferem em nossas ações, mesmo as de decidir. Desse modo pode se pensar que tal ato não é necessariamente tão autônomo assim, e que a construção de nossa identidade também não é autônoma.

Judith Butler (1999) possibilita dialogar com Melluci (1997) e o fragmento supra-exposto, pois para a autora a concepção de gênero como construto social simplesmente imposto sobre a matéria não corrobora para pensarmos sua normatividade e a sua regulação, tampouco, a produção da materialidade desse corpo. Para ela, o sexo não é aquilo que alguém simplesmente tem ou é, mas, no entanto é aquilo que torna viável a existência desse alguém ou desse corpo, o que qualifica tal corpo para que se torne vida, ou torne-se importante. Diz Butler:

O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (1999, p. 152)

A professora Flora diz que não havia *parado para pensar* sobre a construção social do gênero, a circunscrição social das marcas nos corpos. Tal construção é delineada pelas formas anatômicas do sexo biológico do indivíduo. Assim, ela ainda diz que, muitas vezes, ouviu outras pessoas articularem que a homossexualidade teria uma causa genética, biológica e ligada ao corpo, um ranço que a socialização de gênero tem mantido vivo no senso comum.

Todas as vezes que remetemos o pensamento ao *sexo*⁵ em nossa sociedade nos deparamos com esse tipo de pensamento, e sobre isso Maria Cristina Cavaleiro (2009) observa:

Em nossa sociedade, as diferenças entre homens e mulheres são comumente remetidas ao sexo, às características físicas, tidas como naturais e imutáveis e concebidas a partir de concepções apoiadas na biologia. Esse modo de compreensão da realidade é reforçado tanto pelas explicações encontradas nas ciências biológicas e na medicina como pela família e pela escola.(p. 27)

Aquilo que a professora expressa encontra nas ideias de Cavaleiro (2009) uma explicação sobre o porquê ela diz ter ouvido, muitas vezes, que a homossexualidade seria causada pela genética. Muito provavelmente durante a sua socialização, desde o nascimento até os dias atuais, a mesma deve ter se deparado com essas concepções quer seja pelas ciências ou pela família e até mesmo em sua fase escolar.

Assim pressuponho segundo o que expõe Melluci (1997) que apesar de a homossexualidade parecer uma “escolha” autônoma do indivíduo, que tal “escolha” não é tão autônoma assim, e ao afirmar isso dialoga com Foucault (1988) e Weeks (1999) no sentido de que a norma precisa de seu oposto para existir enquanto normatização, o que possibilita pensar que, então, a sociedade de certa forma precisa produzir aqueles que desviam da normatividade para que haja a regulação.

5. Sexo é aqui entendido pelo seu caráter anatômico.

A identidade homossexual longe de ser genética, como expressa ter ouvido a professora é também uma construção social, já que “a medida que reconhecemos a identidade como produto social, também são criadas as condições para uma individualização dos processos de atribuição e reconhecimento” (MELLUCI, 2004, p. 47).

Ainda sobre o conceito de gênero exposto no curso outra professora escreveu:

Realmente eu não havia parado para pensar o quanto a definição de gênero é uma questão social. E, com certeza isso muda de acordo com a sociedade ou o país. [...]. Ou seja, há lugares ou situações em que o gênero é definido de uma forma inquestionável, dando origem à formação de uma visão do que é “normal” ou “aceito” e o que foge à regra. Daí surgem os preconceitos e intolerâncias. (Professora Edilaine)

Para Cláudia Vianna (1999) há uma polarização contida nos significados de ser masculino e feminino que tem maior visibilidade em nossa sociedade. A autora expõe que na sociedade convive-se com diferentes modos de agir nos modelos masculino (macho) e feminino (fêmea), tanto individual quanto coletivamente e salienta que as condições masculinas e femininas são frutos de constante construção histórica dos significados de ser homem e ser mulher.

O exposto no parágrafo anterior me ajuda a reflexão sobre o excerto retirado do memorial da professora Edilaine. A docente afirma que os significados atribuídos ao gênero mudam de acordo com a sociedade ou o país, onde cada um tem uma história e uma cultura diferentes, desse modo creio que o pensamento da professora caminha por uma interessante trilha. Vianna (1999) possibilitou a reflexão acerca da constante construção histórica do que significa ser homem ou ser mulher; já Butler (1999) entende ainda que essa materialização dos corpos não possui uma fixidez, portanto pode mudar no transcorrer desses percursos históricos e sua constante transformação e reformulação, e todas essas afirmações de Vianna (1995), Butler (1999) e Edilaine parecem confluir possibilitando pensar sobre o excerto seguinte:

Na classe (terceiro ano) que trabalho foi matriculado um menino de Alagoas. O seu jeito de falar e seus gestos são diferentes dos demais. Isso provocou comentários: “ele é gay”. Precisei explicar que dependendo do lugar os costumes são diferentes. Com uma conversa resolvi a situação. (Professora Samira)

Para Melluci:

A identidade adulta é, portanto, a capacidade de produzir novas identidades, integrando passado e presente, além dos múltiplos elementos do presente, na unidade e na continuidade de uma história individual. A aprendizagem não termina com o fim da idade evolutiva, e as diversas vivências da vida nos levam a sempre questionar e reformular nossa identidade. (2004, p. 46)

Assim o autor ajuda a reflexão sobre a identidade enquanto construto social, nunca acabada, dada e totalmente determinada, mas fruto de um processo de múltiplas reformulações através das experiências vividas durante o passado e o presente do indivíduo. Essa identidade vai depender dos costumes e da cultura os quais estará inserido o indivíduo, que mudam e se transformam também através da história, dessa forma muda também o indivíduo que muda a sociedade que por sua vez o muda e transforma novamente e assim continuamente em um processo cíclico.

ENCERRANDO E CONVIDANDO

Tentei neste trabalho refletir a partir de dois caminhos, primeiro o reconhecimento de si e do outro enquanto grupo de formação de professores sobre a temática de gênero e diversidade sexual na escola. Esse reconhecimento do outro e de suas semelhanças e diferenças identitárias muitas vezes pode chocar, o que de acordo com os autores utilizados nas análises é algo que acontece normalmente, o choque. Por fim, tentei refletir sobre o reconhecimento do outro, integrante da diversidade sexual, não como alguém com desvio genético e “anormal”, mas como alguém que construiu essa sua identidade através de seu contato social, nas múltiplas relações que esse estabelece.

Trata-se nesse texto de apenas ensaiar possíveis análises que poderão contribuir para pensar caminhos para o trabalho realizado em minha dissertação. Muitas questões parecem ainda ficar sem resposta e necessitar de mais reflexões. Outras parecem se formular.

Gostaria apenas de encerrar esse texto com um excerto retirado de um memorial de uma docente, que me provoca um pensamento e espero convide o leitor a refletir também:

*Promover a reflexão, o encontro e o respeito pela diversidade, a consciência de que podemos conviver, apesar de nossas diferenças é papel do professor.
(Professora Gilda)*

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Identidade entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.
- CAVALEIRO, M. C. *Feminilidades homossexuais no ambiente escolar: ocultamentos e discriminações vividas por garotas*. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo, 2011.
- CATONNÉ, J.-P. *A sexualidade, ontem e hoje*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FOUCAULT, M. **A** *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.

MARTUCCELLI, D. *Grammaires de l'individu*. Mesnil-sur-l'Estrée, France, Éditions Gallimard, 2002. P. 343-386.

MELUCCI, A. *O jogo do eu*. Porto Alegre: Unisinos, 2004.

MELUCCI, A. Sociedade complexa, identidade e ação coletiva – entrevista a Dalila Pedrini e Adrian Scribano. In: *Cadernos do Núcleo de Pesquisas sobre Movimentos Sociais – movimentos sociais na contemporaneidade*. São Paulo: PUC-Serviço Social, n.2, abr. 1997, PP. 11-63.

PRADO, M. M.; MACHADO, F. V. *Preconceitos contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Estudos Feministas*, p. 71-99, 1995.

VIANNA, C. *O nós dos nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

WEEKS, J. O corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.

VIOLÊNCIA INTERPESSOAL CONTRA A POPULAÇÃO ADULTA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL: ESTUDO TRANSVERSAL

Data de submissão: 15/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Luiza Albina Ribeiro

Universidade Federal do Espírito Santo,
Vitória, ES, Brasil
ORCID: 0000-0002-7186-0206

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Universidade Federal de Santa Catarina,
Araranguá, SC, Brasil
ORCID: 0000-0002-2859-159X

Luís Carlos Lopes-Júnior

Universidade Federal do Espírito Santo,
Vitória, ES, Brasil
ORCID: 0000-0002-2424-6510

Karina Fardin Fiorotti

Universidade Federal do Espírito Santo,
Vitória, ES, Brasil
ORCID: 0000-0001-8461-2984

Lorena Barros Furieri

Universidade Federal do Espírito Santo,
Vitória, ES, Brasil
ORCID: 0000-0003-3859-2227

Franciele Marabotti Costa Leite

Universidade Federal do Espírito Santo,
Vitória, ES, Brasil
ORCID: 0000-0002-6171-6972

RESUMO: Objetivo: Identificar a frequência da notificação de violência interpessoal contra a população adulta e sua associação com as características da vítima, do agressor e da agressão. **Métodos:** Estudo transversal que analisou as notificações de violência interpessoal registrados no Sistema de Informação de Agravos e Notificação. A Regressão de Poisson, com estimativa das Razões de Prevalência, foi utilizada para estimar a associação entre as variáveis. **Resultados:** A violência interpessoal contra a população adulta apresentou uma frequência de 71,9%. Os fatores associados foram: ser do sexo feminino, faixa etária de 50-59 anos, raça cor preta/parda e não possuir deficiências/transtornos; agressores majoritariamente homens e com suspeita de consumo de álcool durante a agressão; a ocorrência da violência foi maior em via pública e houve recorrência. **Conclusão:** O estudo demonstra a alta frequência de violência interpessoal na população adulta e verifica a sua associação com as características da vítima, do agressor e da agressão. Destaca-se que a análise das notificações de violência possibilita revelar a problemática desse fenômeno, a inserção das vítimas nas redes de atenção e proteção à saúde, contribuindo com a quebra do ciclo de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Notificação de Abuso; Adulto; Estudos Transversais; Vigilância em Saúde Pública.

INTERPERSONAL VIOLENCE AGAINST THE ADULT POPULATION IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO, BRAZIL: A CROSS-SECTIONAL STUDY

ABSTRACT: Objective: To identify the frequency of reporting interpersonal violence against the adult population and its association with the characteristics of the victim, the aggressor, and the aggression. **Methods:** Cross-sectional study that analyzed reports of interpersonal violence registered in the Injury and Notification Information System. Poisson Regression, with estimation of Prevalence Ratios, was used to estimate the association between the variables. **Results:** Interpersonal violence against the adult population had a frequency of 71,9%. The associated factors were being female, age range 50-59 years, black/brown race, and no disabilities/disorders; aggressors were mostly men and suspected of consuming alcohol during the aggression; the occurrence of violence was higher in public spaces and there was recurrence. **Conclusion:** The study demonstrates the high frequency of interpersonal violence in the adult population and verifies its association with the characteristics of the victim, the aggressor, and the aggression. It is worth noting that the analysis of reports of violence makes it possible to reveal the problems of this phenomenon, the inclusion of victims in health care and protection networks, contributing to breaking the cycle of violence. **KEYWORDS:** Violence; Mandatory Reporting; Adult; Cross-sectional Studies; Public Health Surveillance.

INTRODUÇÃO

A violência interpessoal é vista como um grave problema social e de saúde para o Brasil devido ao seu grande impacto na morbimortalidade (MENDONÇA *et al.*, 2020). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as agressões interpessoais são caracterizadas pelo uso intencional da força física, real ou em ameaça, contra outro indivíduo, grupo ou comunidade (KRUG *et al.*, 2002).

Esse fenômeno representa a morte de 1,25 milhão de pessoas em todo o mundo por ano, no qual 1 em cada 10 mortes são por homicídio, desfecho grave desse agravo (WHO, 2021). No território brasileiro, essa tipologia de violência vitimou, no ano de 2019, cerca de 29 milhões de cidadãos, além de apresentarem um intenso crescimento no número de casos a partir da década de 1980 (MASCARENHAS *et al.*, 2021). Para além, homens e mulheres adultos estão suscetíveis a vivenciarem, respectivamente, violência por armas de fogo nas ruas da sociedade e violências sexuais, físicas e psicológicas por parceiros íntimos, o que caracteriza vertentes da violência interpessoal (MENDONÇA *et al.*, 2020).

Nesse contexto, considerando a magnitude das agressões, o Ministério da Saúde torna obrigatório a notificação de casos confirmados ou suspeitos de violência, universalizando tal ação para todos os serviços de saúde do território brasileiro (BRASIL, 2011). Ademais, o sistema de saúde conjuntamente com seus profissionais integra um

banco privilegiado para detectar, prevenir, acolher e prestar a devida assistência às pessoas vitimadas por esse agravo de forma a respeitar, garantir e promover os direitos humanos que são infringidos pela prática da violência interpessoal (MENDONÇA *et al.*, 2020).

É fato que a exposição à violência interpessoal revela grandes impactos na vida da vítima, sendo perpetrados por membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos. Os desfechos das agressões entre indivíduos podem ser evidenciados por ferimentos físicos, morte, danos psicológicos, consumo abusivo de álcool e drogas, doenças crônicas e infecciosas, prejuízo ao desenvolvimento ou privação (WHO, 2014).

Em virtude dos inúmeros prejuízos que a violência interpessoal pode provocar na vida dos sujeitos, os profissionais de saúde, em destaque os profissionais da enfermagem, possuem lugar estratégico, uma vez que ocupam a linha de frente e o acolhimento para a detecção e notificação de agravos, visto que são o primeiro contato de busca para o tratamento dos impactos e complicações decorrentes da violência, além de efetivarem o manejo e acompanhamento e, conseqüentemente, inserir o indivíduo na rede de proteção para a promoção do cuidado integral (BRASIL, 2012). Este estudo possibilita a difusão de conhecimento acerca da violência, interpessoal na população adulta visto que é uma pesquisa pioneira na temática, no estado do Espírito Santo, que é um estado onde entre 2011 e 2018 ocorreram 1.132 casos notificados de violência sexual contra pessoas de 20 a 59 anos (FIOROTTI; PEDROSO; LEITE, 2022). Nesse sentido, reconhecer nessa população os dados da violência interpessoal colaborará na potencialização de mecanismos para prevenção e enfrentamento da violência interpessoal na população adulta.

Nesse sentido, mediante ao fenômeno complexo e multideterminado expresso, o objetivo deste estudo foi identificar a frequência da notificação de violência interpessoal contra a população adulta no estado do Espírito Santo e sua associação com as características da vítima, do agressor e da agressão.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico do tipo transversal

O Espírito Santo é um dos estados da região do sudeste brasileiro, determinado pela área de 46.089,390 km² e com a capital na cidade metropolitana de Vitória. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do censo de 2010, 58% do povo espírito-santense são adultos e é considerado o décimo quarto estado mais populoso do Brasil (IBGE, 2010).

O estudo foi realizado a partir da análise dos dados notificados de violência interpessoal contra a população adulta via Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) durante o período de 2011 a 2018 no estado do Espírito Santo, ES, Brasil. Foram incluídos na amostra todos os casos notificados no período estudado.

Foram considerados como critérios de inclusão: casos notificados de violência interpessoal de indivíduos adultos de ambos os sexos, na faixa etária de 20 a 59 anos de idade; registrados no SINAN e processados pela Vigilância Epidemiológica durante o período de 2011 a 2018 no estado do Espírito Santo. Excluíram-se os casos notificados de violência interpessoal em crianças, adolescentes e idosos.

A variável dependente do estudo é se o tipo de violência sofrida pela vítima registrada na notificação foi interpessoal ou não (sim/não). As variáveis independentes são baseadas nas características da vítima: sexo (masculino/feminino), idade em anos (20 a 29/30 a 39/40 a 49/50 a 59), raça/cor (branca/preta ou parda), presença de deficiência/transtorno (não/sim) e zona de residência (urbana ou periurbana/rural); características do agressor: idade em anos (0 a 24/25 ou mais), sexo (masculino/feminino) e suspeita de uso de álcool (não/sim); características da agressão: local de ocorrência (residência/via pública/outros), histórico de repetição (não/sim) e encaminhamento (não/sim).

Os dados deste estudo são oriundos das notificações realizadas pelos serviços de saúde quando do atendimento às vítimas de violência ou da suspeita de ocorrência deste agravo. Esses dados são preenchidos na “Ficha de Notificação/Investigação Individual: Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras” e digitados no sistema do SINAN. Esses dados geram um banco de dados, que é processado pelo setor de Vigilância Epidemiológica estadual. Este banco de dados foi fornecido aos pesquisadores, como dados secundários. O recorte temporal tem início no ano de 2011 devido a incorporação da temática de violência na lista de agravos de notificação compulsória, por intermédio da Portaria Gabinete do Ministro/Ministério da Saúde (GM/MS) nº 104, neste mesmo ano (BRASIL, 2011).

Os dados foram analisados utilizando-se o pacote estatístico Stata versão 14.1, e os resultados foram apresentados por meio de frequências absolutas e relativas, bem como, intervalo de confiança (IC) de 95%. Para avaliação da relação entre a variável dependente e as independentes foi utilizado o teste do Qui-Quadrado de Pearson e para análise da associação a Regressão de Poisson Hierárquica, com estimativa das Razões de Prevalência e seus respectivos IC de 95%, considerando o efeito misto. No modelo, as variáveis relacionadas às características da vítima foram incluídas no primeiro nível e as características do agressor e do evento no segundo nível (KRUG *et al.*, 2002). Ademais, no modelo incluiu-se variáveis independentes com $p < 0,20$ e com permanência de valor $p < 0,05$.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, com número do parecer 2.819.597 em agosto de 2018, estando em conformidade com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ademais, foi aprovada a dispensa de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por se tratar de dados secundários e análise retrospectiva.

RESULTADOS

Entre o período de 2011 a 2018, o estado do Espírito Santo registrou 16.191 casos de violência interpessoal contra a população adulta. A frequência dessa violência foi de 71,9% (IC95%: 71,3-72,4), considerando as notificações de todos os tipos de violência ocorridos na população adulta.

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos casos notificados de violência interpessoal contra a população adulta. Nota-se entre as vítimas, no Espírito Santo, que a maioria eram mulheres (84,1%), tinham de 20 a 29 anos (35,1%), de raça/cor preta/parda (70,2%), não tinham deficiências ou transtornos (90,4%) e residiam na zona urbana/periurbana (89,9%). Em referência aos agressores eram homens (86,2%), tinham 25 anos ou mais (75,5%) e não havia suspeita de uso de álcool (53,0%). Em relação ao evento, este ocorreu principalmente no domicílio (67,5%) e possui histórico de repetição (57,6%). Do total de vítimas, 83,2% foram encaminhadas para outros setores de referência.

Variáveis	n*	%†	IC‡95%
Sexo			
Masculino	2576	15,9	15,4-16,5
Feminino	13615	84,1	83,5-84,7
Faixa etária			
20 a 29 anos	5687	35,1	34,4-35,9
30 a 39 anos	5607	34,6	33,9-35,4
40 a 49 anos	3278	20,3	19,6-20,9
50 a 59 anos	1619	10,0	9,6-10,5
Raça/Cor			
Branca	4258	29,8	29,1-30,6
Preta/Parda	10013	70,2	69,4-70,9
Deficiências/Transtornos			
Não	12552	90,4	89,9-90,9
Sim	1330	9,6	9,1-10,1
Zona de residência			
Urbana/Periurbana	14180	89,9	89,4-90,4
Rural	1590	10,1	9,6-10,6
Faixa etária do agressor			
0 - 24 anos	2271	24,6	23,7-25,4
25 anos ou mais	6980	75,5	74,6-76,3
Sexo do agressor			
Masculino	12370	86,2	85,7-86,8
Feminino	1973	13,8	13,2-14,3
Suspeita do uso de álcool			
Não	5208	47,0	46,1-47,9

Sim	5872	53,0	52,1-53,9
Local de ocorrência			
Residência	9576	67,5	66,7-68,2
Via pública	2994	21,1	20,4-21,8
Outros	1626	11,4	10,9-12,0
Violência de repetição			
Não	5422	42,4	41,5-43,2
Sim	7380	57,6	56,8-58,5
Encaminhamento			
Não	2509	16,8	16,2-17,4
Sim	12400	84,3,2	82,6-83,8

Tabela 1 - Caracterização dos casos notificados de violência interpessoal contra a população adulta. Espírito Santo, Brasil. 2011 a 2018.

*n = Tamanho da amostra; †% = Porcentagem; ‡IC = Intervalo de Confiança

Fonte: Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), 2011 a 2018.

Nas análises bivariadas, descritas na Tabela 2, foi observado a relação com as variáveis: sexo, faixa etária, raça/cor, deficiência/transtornos, sexo do agressor, suspeita do uso de álcool, local de ocorrência, violência de repetição e encaminhamento ($p < 0,05$).

Variáveis	n*	%†	IC‡95%	p§
Sexo				
Masculino	2576	61,3	59,9-62,8	<0,001
Feminino	13615	74,3	73,6-74,9	
Faixa etária				
20 a 29 anos	5687	70,7	69,7-71,7	<0,001
30 a 39 anos	5607	72,9	71,9-73,9	
40 a 49 anos	3278	70,9	69,6-72,2	
50 a 59 anos	1619	74,6	72,7-76,4	
Raça/Cor				
Branca	4258	68,1	66,9-69,2	<0,001
Preta/Parda	10013	75,5	74,8-76,2	
Deficiências/Transtornos				
Não	12552	80,9	80,3-81,5	<0,001
Sim	1330	42,8	41,1-44,6	
Zona de residência				
Urbana/Periurbana	14180	71,8	71,1-72,4	0,696
Rural	1590	72,1	70,2-74,0	
Sexo do agressor				
Masculino	12370	87,6	87,0-88,1	<0,001
Feminino	1973	31,4	30,3-32,6	

Suspeita de uso de álcool				
Não	5208	62,6	61,5-63,6	<0,001
Sim	5872	85,3	84,5-86,2	
Local de ocorrência				
Residência	9576	65,6	64,8-66,4	<0,001
Via pública	2994	89,7	88,6-90,7	
Outros	1626	84,7	83,1-86,3	
Violência de repetição				
Não	5422	71,5	70,5-72,5	<0,001
Sim	7380	74,3	73,4-75,2	
Encaminhamento				
Não	2509	67,0	65,4-68,5	<0,001
Sim	12400	72,8	72,1-73,4	

Tabela 2 - Porcentagem dos casos notificados de violência interpessoal contra a população adulta dada as características da vítima, do agressor e da agressão. Espírito Santo, Brasil. 2011 a 2018.

*n = Tamanho da amostra; % = Porcentagem; †IC = Intervalo de Confiança; §p = p-valor (Qui-Quadrado de Pearson).

Fonte: Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), 2011 a 2018.

Na Tabela 3, observa-se através da análise ajustada que a violência interpessoal contra a população adulta esteve associada ao sexo, faixa etária, raça/cor, deficiências/transtornos, sexo do agressor, suspeita de uso de álcool, local de ocorrência e violência de repetição ($p < 0,05$).

Indivíduos do sexo feminino apresentaram 14% (Razão de Prevalência ajustada (RPa): 1,14; IC95% 1,11-1,17) a mais de prevalência de vivenciarem a violência interpessoal. Ainda, a vítima, que possui 50 a 59 anos (RPa: 1,07; IC95% 1,01-1,11), de raça/cor preta/parda (RPa: 1,08; IC95% 1,06-1,10) e sem presença de deficiências/transtornos (RPa: 1,88; 1,80-1,95) estão no grupo que mais frequentemente vivenciam esse fenômeno.

Quanto às características do agressor, observou-se uma maior frequência de homens (RPa: 2,17; IC95% 2,07-2,27) e sob efeitos do álcool (RPa: 1,10; IC95% 1,08-1,12). No que se refere à agressão, houve prevalência de 28,0% a mais de ocorrência em via pública (RPa: 1,28; IC95% 1,25-1,31) e 1,03 (RPa: 1,03; IC95% 1,01-1,05) vezes mais frequentes em vítimas com histórico de violências de repetição.

Variáveis	Análise bruta			Análise ajustada		
	RP*	IC†95%	p‡	RP*	IC†95%	p‡
Sexo						
Masculino	1,0		<0,001	1,0		<0,001
Feminino	1,21	1,18-1,24		1,14	1,11-1,17	
Faixa etária						
20 a 29 anos	1,0			1,0		<0,001
30 a 39 anos	1,03	1,01-1,05	<0,001	1,03	1,02-1,06	
40 a 49 anos	1,00	0,98-1,03		1,03	1,01-1,05	
50 a 59 anos	1,06	1,03-1,09		1,07	1,04-1,11	
Raça/Cor						
Branca	1,0		<0,001	1,0		<0,001
Preta/Parda	1,11	1,09-1,13		1,08	1,06-1,10	
Deficiências/ Transtornos						
Não	1,89	1,81-1,97	<0,001	1,88	1,80-1,95	<0,001
Sim	1,0			1,0		
Sexo do agressor						
Masculino	2,79	2,69-2,89	<0,001	2,17	2,07-2,27	<0,001
Feminino	1,0			1,0		
Suspeita de uso de álcool						
Não	1,0		<0,001	1,0		<0,001
Sim	1,36	1,34-,139		1,10	1,08-1,12	
Local de ocorrência						
Residência	1,0		<0,001	1,0		<0,001
Via pública	1,37	1,35-1,39		1,28	1,25-1,31	
Outros	1,29	1,26-1,32		1,22	1,19-1,26	
Violência de repetição						
Não	1,0		<0,001	1,0		0,012
Sim	1,04	1,02-1,06		1,03	1,01-1,05	

Tabela 3 - Análise bruta e ajustada dos efeitos das características dos casos de violência interpessoal contra a população adulta. Espírito Santo, Brasil. 2011 a 2018.

*RP = Razão de prevalência; †IC = Intervalo de Confiança; ‡p = p-valor (Regressão de Poisson).

Fonte: Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), 2011 a 2018.

DISCUSSÃO

A violência contra a população adulta infringe diretamente os direitos humanos, visto que possui grande impacto no equilíbrio biopsicossocioespíritual do indivíduo e afeta o direito à vida e segurança pessoal (ARMOND *et al.*, 2020). O presente estudo demonstra, entre os anos de 2011 a 2018, uma prevalência de 71,9% de notificações de violência interpessoal contra a população adulta no estado do Espírito Santo, Brasil. No Brasil, no ano de 2020, estima-se que 29 milhões de adultos foram vítimas de alguma tipologia de violência interpessoal (MASCARENHAS *et al.*, 2021). Ainda, os achados dessa pesquisa se assemelham a literatura nacional, na qual 82% das notificações ocorridas e registradas no SINAN, entre 2013 e 2016, por meio de uma Regional de Saúde do interior do Paraná, foram violências interpessoais e as vítimas eram majoritariamente pertencentes ao ciclo de vida da adultez, correspondendo a 42% do número total de casos notificados (ANDRADE *et al.*, 2020).

No que se refere às características das vítimas, nota-se uma maior prevalência entre mulheres, achado que se assemelha ao estudo internacional de cunho transversal, realizado entre 2018 a 2020 no *Government Medical College em Patiala* - Índia, onde a incidência foi em torno de 91% de casos notificados de abuso contra pessoas do sexo feminino (AGGARWAL *et al.*, 2022). Tal resultado é decorrente da construção histórica e social do patriarcado, que hierarquiza a sociedade e favorece a superioridade do homem e a inferioridade feminina no meio coletivo. À luz dessa circunstância, ocasiona-se a construção de gênero que reforça a desigualdade social e histórica entre os sexos, e, as situações de violências contra as mulheres (MACHADO; CASTANHEIRA; ALMEIDA, 2021).

Além disso, importante refletir que o Espírito Santo ocupa um lugar de destaque quando se aborda a violência contra o sexo feminino, como observado em estudo recente que revela a recorrência das notificações de abuso contra esse grupo (LEITE *et al.*, 2023). Ainda, o estado do Espírito Santo tem em sua historicidade a alta prevalência de violência, permanecendo por três décadas entre os cinco estados mais violentos do país (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021). No ano de 2019, a taxa de feminicídio, desfecho mais grave da violência interpessoal contra a mulher, foi de 4,7 a cada 100 mil mulheres, ocupando a 11ª posição a nível nacional (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021).

Outro resultado apresentado foi a maior ocorrência de violência interpessoal entre a população na faixa etária adulta de 50 a 59 anos, circunstância que difere de pesquisas realizadas em âmbito nacional (27,0%; IC95% 25,7-28,4) e internacional (*Odds Ratio* (OR): 2,19; IC95%: 1,02-4,70) que demonstram uma maior chance de adultos jovens (20-49 anos) serem vitimados pela violência interpessoal (MASCARENHAS *et al.*, 2021; PHOBA; ZUNZA, 2022). Tal achado sugere que adultos jovens têm mais facilmente acesso à informação contra a violência, por meio das mídias sociais e propagandas, impulsionando o rompimento do vínculo com o agressor, culminando pela busca aos serviços de referência

e denúncia do perpetrador (DEBONI; SILVA, 2018). Ao passo que para indivíduos com idade mais avançada e conviventes com a violência por um longo período pode torná-la normalizada, dificultando na identificação do agravo devido a negação, justificativa das atitudes do agressor e recusa de denunciar por medo de piora em sua situação de vida, resistindo na quebra do vínculo e ciclo de violência (OLIVEIRA et al., 2018).

Outra característica relacionada a vítima encontrada neste estudo foi raça/cor, evidenciando que pessoas negras apresentam mais prevalência de vivenciarem este agravo. Uma recente pesquisa de delineamento transversal com dados da Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2019, evidenciou uma prevalência de exposição à violência, no Brasil, maior entre adultos pretos e pardos (MASCARENHAS et al., 2021). Esse achado leva a refletir acerca do preconceito racial que corrobora com a ideia de superioridade de um indivíduo de cor branca perante ao negro, direcionando a desigualdade racial predominante nas sociedades civis que impulsiona a vitimização do negro por meio da banalização e desumanização do sujeito, impactando nos direitos fundamentais do ser, como direito à vida, segurança pessoal, justiça e tratamento igualitário, que não são assegurados nas comunidades enraizadas pelo racismo (SINHORETTO; MORAIS, 2017).

A exposição de violência interpessoal teve maior número de notificações entre as pessoas sem deficiências ou transtornos. O Inquérito VIVA 2017 (BRASIL, 2019) destacou que 95,7% das vítimas de agressão não possuíam deficiência. Indivíduos que possuem as características mencionadas dispõem de uma limitação das atividades intersociais, reforçando uma baixa exposição à violência, mas que por outra vertente, quando vivenciam agressões apresentam entraves para acessar os serviços de saúde, fato que contribui para possíveis subnotificações (LIMA; D’AFFONSECA, 2020).

Em referência a caracterização do agressor, observou-se uma maior frequência de homens que perpetraram a violência interpessoal contra a população adulta. Esse achado corrobora com um estudo (SUBHASHCHANDRA et al., 2022) em que indivíduos do sexo masculino representaram, majoritariamente, o perfil dos perpetradores. A concepção social e cultural impulsiona o papel de gênero, que é marcado por situações de reafirmação da masculinidade através de traços de agressividade e violência sob relações sociais, levando ao homem a propagar as agressões interpessoais que, ainda, é reforçada pelo modelo patriarcal em que indivíduos do sexo masculino exerçam controle sob as mulheres (BERKE et al., 2017; PEDROSO; LEITE, 2022).

Outro achado do estudo foi a relação com a ingestão de álcool e o acometimento da violência interpessoal, revelando que perpetradores que estão sob suspeita ou efeitos de bebidas alcoólicas praticam mais agressões. Esse resultado foi semelhante a um estudo de base populacional realizado em 2018 na Etiópia, onde os agressores que faziam ingestão de bebida alcoólica foram duas vezes mais propensos a perpetrar a violência em comparação àqueles que não bebem (TESFA et al., 2020). Concomitante, é constatado que ao fazer uso de drogas ilícitas ou lícitas o usuário é acometido por uma desinibição neurofisiológica, levando a um comportamento de baixa tolerância a estímulos e quadros de falta de controle com condutas violentas (MASCARENHAS et al., 2020).

Ao analisar o local de ocorrência, observa-se uma associação com a via pública, no entanto a literatura demonstra que a principal via de agressões interpessoais em adultos acontece em seus domicílios devido ao intenso predomínio de imposição de autoridade e controle da vítima pelo agressor (LUIS et al., 2022). Todavia, o achado do estudo está entrelaçado à tipologia de notificação dos dados, visto que esses são prevalentemente notificados quando o ímpeto da agressão ocorre em via pública devido ao caráter público da exposição e possibilidade de amparo da vítima, enquanto a violência dentro dos lares é relacionada ao intenso contato com o agressor, dificultando a identificação pelo serviço de saúde, fato que possibilita um aumento no número de subnotificação (LUIS et al., 2022).

Por fim, o estudo demonstrou uma prevalência de casos notificados com histórico de repetição. Esse dado concorda com a pesquisa internacional de análise retrospectiva, desempenhado em um hospital de traumas da região nordeste australiana, onde 43,3% dos atendimentos realizados tinham história recidiva de violência interpessoal (LIM; MCDERMOTT; READ, 2020). A exposição à recorrentes quadros de agressões pressupõe o maior vínculo com o agressor, além do medo de ser incompreendido e culpado socialmente pela violência vivenciada e, por isso, uma demora na busca pelo serviço de saúde, expandindo o risco de experimentar a violência interpessoal novamente (MASCARENHAS et al., 2021; LIM; MCDERMOTT; READ, 2020).

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Como limitações do presente estudo destaca-se aos achados estarem restritos a população que possui acesso ao serviço de saúde, sendo essas notificadas por profissionais com olhar sensibilizado à temática. Além disso, devido ao delineamento transversal, pode ocorrer causalidade reversa entre algumas variáveis associadas, todavia, vale destacar que não se aplica a associações com as variáveis sexo e raça/cor. Mesmo diante das limitações apresentadas, os dados apontam que a notificação da violência interpessoal é essencial para reconhecimento da violência como agravo de saúde pública e evidenciam a importância da inserção da vítima na rede de cuidados.

Os resultados revelam a importância dos dados de notificação dos casos de violência produzidos na prática assistencial de enfermeiros e profissionais de saúde, visto que possibilita revelar a problemática desse fenômeno, a inserção das vítimas nas redes de atenção e proteção à saúde, contribuindo com a quebra do ciclo de violência.

CONCLUSÃO

A violência interpessoal correspondeu a tipologia de violência mais notificada em adultos no estado do Espírito Santo no período estudado. Compreender as características da vítima, do agressor e do evento pode favorecer a criação de medidas protetivas e de enfrentamento mais disseminadas entre a população que sofre com esse agravo.

Além disso, ressalta-se a necessidade de mais estudos com essa população específica, inclinada a vivenciar as agressões interpessoais, levando em consideração a complexidade da violência e suas especificidades.

FINANCIAMENTO: FAPES – Edital 04/2022 – Processo 2022-WDFC7

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, A.D.; SINGH, P.; WALIA, D.S.; KUKREJA, S. Study of sexual assault cases among below 18 years age group during September 2018 to September 2020 in Government Medical College, Patiala, Punjab, India: cross-sectional study. **The Pan African Medical Journal**, v. 6, p. 15, 2022. doi: 10.11604/pamj.2022.41.15.29852

ANDRADE, C.M. de; TEIXEIRA, G.T.; FRANÇA, T.B.; RAMBO, M.; TREVISAN, M.G., CASARIL, E.; *et al.* Interpersonal and self-directed violence: characterization of cases reported in a regional health department of Paraná. **Cogitare Enfermagem**, v. 25, p. e63758, 2020. doi: 10.5380/ce.v25i0.63758

ARMOND, J.E.; ARMOND, R.E.; FONSECA DA SILVA, C.V.; RODRIGUES, C.L.; OLIVEIRA, J.C. An overview of a developing country about men who are victims of physical and sexual violence. **Revista Nursing**, v. 23, n. 269, p. 4741-4745, 2020. doi: 10.36489/nursing.2020v23i269p4741-4750

BERKE, D.S.; REIDY, D.E.; MILLER, J.D.; ZEICHNER, A.; LIU, W.M. Take it like a man: Gender-threatened men's experience of gender role discrepancy, emotion activation, and pain tolerance. **Psychology of Men & Masculinity**, v. 18, n. 1, p. 62–69, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 104**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica**. 3a ed. atual. e ampl. Brasília, DF: MS; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Viva Inquérito 2017: Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinelas de Urgência e Emergência – Capitais e Municípios**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

DEBONI, M.A.; SILVA, L.V.F. Lei Maria da Penha: análise de campanhas publicitárias de superação à violência contra a mulher. **Revista Fragmentos de Cultura**, v. 28, n. 2, p. 191-206, 2018. doi: 10.18224/frag.v28i2.6462

FIOROTTI, K.F.; PEDROSO, M.R.O.; LEITE, F.M. Analysis of reported cases of sexual violence against the adult population. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE01846, 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO018466>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência - 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

KRUG, E.G.; DAHLBERG, L.L.; MERCY, J.A.; ZWI, A.B.; LOZANO, R. **World report on violence and health**. Geneva: WHO; 2002.

LEITE, F.M.C.; GARCIA, M.T.P.; CAVALCANTE, G.R.; VENTURIN, B.; PEDROSO, M.R. DE O.; SOUZA, E.A.G. DE, *et al.* Violência recorrente contra mulheres: análise dos casos notificados. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, p. eAPE009232, 2023. doi: 10.37689/acta-ape/2023AO009232

LIM, K.H.A.; MCDERMOTT, K.; READ, D.J. Interpersonal violence and violent re-injury in the Northern Territory. **The Australian Journal of Rural Health**, v. 28, n. 1, p. 67-73, 2020. doi: 10.1111/ajr.12590

LIMA, M.; D'AFFONSECA, S.M. A Study on Violence Reports Registered in Disque 100 - People with Disabilities. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 729-750, 2020. doi: 10.12957/epp.2020.54344.

LUIS, M.A.; LEITE, F.M.C.; LETOURNEAU, N.; MONROY, N.A.J.; DE GODOI, L.G.; LOPES-JÚNIOR, L.C. Sexual Violence against Adolescents in the State of Espírito Santo, Brazil: An Analysis of Reported Cases. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 21, p. 14481, 2022. doi: 10.3390/ijerph192114481

MACHADO, D.F.; CASTANHEIRA, E.R.L.; ALMEIDA, M.A.S. Intersections between gender socialization and violence against women by the intimate partner. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, suppl. 3, p. 5003-5012, 2021. doi: 10.1590/1413-812320212611.3.02472020.

MASCARENHAS, M.D.M.; MELO, A.S.; RODRIGUES, M.T.P.; BAHIA, C.A.; LIMA, C.M.; CORASSA, R.B.; *et al.* Prevalence of exposure to violence among adults - Brazil, 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 10, n. 24, suppl. 2, p. e210019, 2021. doi: 10.1590/1980-549720210019.supl.2

MASCARENHAS, M.D.M.; TOMAZ, G.R.; MENESES, G.M.S.; RODRIGUES, M.T.P.; PEREIRA, V.O.M.; CORASSA, R.B. Analysis of notifications of intimate partner violence against women, Brazil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, suppl. 1, p. e200007.SUPL.1, 2020. doi: 10.1590/1980-549720200007.supl.1

MENDONÇA, C.S.; MACHADO, D.F.; ALMEIDA, M.A.S.; CASTANHEIRA, E.R.L. Violence and Primary Health Care in Brazil: an integrative literature review. **Ciência & Saude Coletiva**, v. 25, n. 6, p. 2247-2257, 2020. doi: 10.1590/1413-81232020256.19332018

OLIVEIRA, K.S.M.; CARVALHO, F.P.B.; OLIVEIRA, L.C.; SIMPSON, C.A.; SILVA, F.T.L.D.; MARTINS, A.G.C. Violence against the elderly: the conceptions of nursing professionals regarding detection and prevention. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, p. e57462, 2018. doi:10.1590/1983-1447.2018.57462

PEDROSO, M.R.O.; LEITE, F.M.C. Prevalence and Factors Associated with Sexual Violence against Children in a Brazilian State. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 16, p. 9838, 2022. doi: 10.3390/ijerph19169838

PHOBA, N.; ZUNZA, M. Incidence and factors associated with being a victim of community assault; retrospective review of medical records in an Emergency Centre. **African Journal of Emergency Medicine**, v. 12, n. 1, p. 85-88, 2022. doi: 10.1016/j.afjem.2021.11.002

SINHORETTO, J.; MORAIS, D.S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudos Sociais**, v. 64, p. 15-26, 2017.

SUBHASHCHANDRA, K.; SELVARAJ, V.; JAIN, T.; DUTTA, R. Domestic violence and its associated factors among married women in urban Chennai: A cross-sectional study. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, v. 11, n. 2, p. 633-637, 2022. doi: 10.4103/jfmpc.jfmpc_1115_21.

TESFA, A.; DIDA, N.; GIRMA, T.; ABOMA, M. Intimate Partner Violence, Its Sociocultural Practice, and Its Associated Factors Among Women in Central Ethiopia. **Risk Management and Healthcare Policy**, v. 13, p. 2251-2259, 2020. doi: 0.2147/RMHP.S277310

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Injuries and violence**. Geneva: World Health Organization; 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on violence prevention 2014**. Geneva: World Health Organization; 2014.

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA: É doutor em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (2023), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2012), História e narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (2016), Arteterapia, Psicanálise pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Alto Paranaíba (2020). Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011), e graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Goiás (2019). Atua como psicólogo e psicanalista. Pesquisa nas áreas de psicanálise e teatro e nas interfaces fronteiriças entre essas áreas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: inconsciente, arte, teatro, arteterapia, sexualidade e LGBTQIAP+.

A

Adulto 34

D

Diversidade sexual 11, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31

E

Estado 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 26, 33, 35, 36, 37, 41, 43

Estudos transversais 34

F

Formação de professores 20, 26, 31

G

Gênero 5, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 41, 42

Gozo 1, 3

H

Homem negro 5, 7, 9

Homossexualidade 5, 6, 9, 16, 17, 23, 24, 29

I

Identidade 1, 3, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32

Identidade de gênero 18, 19

Interseccionalidade 5, 9, 15

N

Necropolítica 5, 6, 9, 17

Notificação de abuso 34

P

Psicanálise 3, 4, 10, 46

S

Sexualidade 1, 2, 4, 7, 11, 13, 15, 16, 23, 25, 26, 31, 32, 46

T

Trans 18, 19

V

Vigilância em saúde pública 34

Violência 6, 7, 8, 13, 17, 18, 19, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Gênero em Foco

Identidade, Igualdade
e Diversidade

 www.atenaeditora.com.br





 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Gênero em Foco

Identidade, Igualdade
e Diversidade

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br